

Eleger Lula para mudar o Brasil

RENATO RABELO*

A campanha eleitoral começa oficialmente, com os partidos registrando seus candidatos e, mais que tudo, definindo-se os campos e blocos políticos. Fernando Henrique garantiu para José Serra o apoio da maioria do PMDB e atraiu setores do PFL. Serra une o núcleo da elite dominante e conta com a amplo e expresso apoio dos especuladores financeiros, banqueiros e setores expressivos da grande indústria estrangeira e nacional. Luís Inácio Lula da Silva está confirmado como o principal nome da oposição no pleito de 6 de outubro.

O pano de fundo do atual embate é o fracasso da política econômica neoliberal imposta ao país por Fernando Henrique Cardoso e defendida por José Serra. Fracasso tão evidente que o próprio candidato governista esconde-se atrás de um lema mudancista. Tem o descaramento de dizer que defende a "continuidade sem continuidade", mas comprometeu-se com seus apoiadores a manter a orientação econômica e social que acumula riquezas num concentrado pólo da sociedade e espraia a miséria e a exclusão social para parcelas majoritárias da população.

O modelo atual levou o país a um impasse. Os índices de crescimento são insuficientes e em permanente redução. As elevadas taxas de juros persistem, impossibili-

litando investimentos produtivos que alavanquem a economia nacional. Os investimentos diretos de capital externo foram reduzidos em 50% desde o ano 2000. O déficit em conta corrente alcança a casa de 4% de PIB e os esforços exportadores têm resultados irrisórios. O panorama internacional é desfavorável e os investidores, abarrotados de títulos do Tesouro a juros altíssimos, estão intranquios porque não sabem que rumo o país terá após as eleições. A vulnerabilidade do país é evidente e o Brasil está sob ataque especulativo. O governo FHC é o responsável por essa situação. No entanto, a estratégia do candidato governista é investir no terrorismo econômico para atemorizar os eleitores. Cnicamente, tanto FHC quanto Serra tentam responsabilizar a oposição pelas dificuldades vividas pelo país.

Atitude irresponsável

Lula tem razão quando acusa o governo FHC e a candidatura Serra de fomentarem o terrorismo do mercado financeiro contra a sua candidatura e classifica os discursos do presidente e do candidato tucano como "uma irresponsabilidade". Lula disse que "até o dia 31 de dezembro deste ano, o presidente e a equipe econômica estarão no governo e vão ter que agir com responsabilidade para não causar pânico". Mais razão



José Dirceu, Lula e Renato Rabelo na reunião que decidiu a coligação do PCdoB com o PT

ainda tem quando diz: "Vou ser presidente para mudar essa política que está aí".

Deve ser denunciado o jogo sujo do governo, de descarregar sua própria responsabilidade pela crise que o país vive nas costas da oposição. O clima de insegurança é utilizado pelos governistas para amedrontar os eleitores e chantagear o candidato oposicionista, querendo seu compromisso com os chamados "fundamentos" da desastrosa orientação atual. Muito pelo contrário, à oposição cabe

ampliar a aliança já firmada entre PT e PCdoB, buscando atrair novos setores, inclusive PL e dissidências do PMDB e outros partidos, para somar forças no primeiro e segundo turnos da batalha eleitoral. O apoio a Lula dos mais amplos setores será fundamental para a vitória.

A coligação PT-PCdoB, além da candidatura presidencial, apresenta ao eleitorado nomes para governos de Estado e para os parlamentos estaduais e federal. Também para estes candidatos está co-

locada a tarefa de desmascarar a impostura da chapa oficial e ganhar votos para garantir executivos estaduais comprometidos com um novo rumo para o país e bancadas parlamentares numerosas, que dêem sustentação e suporte para os governos que farão do Brasil um país progressista e solidário, com soberania, democracia, crescimento econômico e justiça social.

*presidente do PCdoB

Especial

A trajetória de João Amazonas

"As cinzas devem ser espalhadas na região do Araguaia, onde houve a guerrilha. É uma forma de juntar-me aos que lá tombaram", escreveu João Amazonas dias antes de falecer. E nesta sexta-feira, dia 21, às 11:00 horas, próximo às margens do rio Araguaia, em Xambioá, Estado de Tocantins, será realizado o ato solene em que serão espalhadas as cinzas do ex-presidente nacional do Partido Comunista do Brasil.

O gesto simbólico de espalhar as cinzas ficará a cargo de Renato Rabelo e de Elenira, uma jovem filha do ex-guerrilheiro Amaro Lins, que mora em São Geraldo, região do Araguaia e terá como fundo musical a música "Xambioá" do compositor Itamar Correia. "O ato será simples, assim como era simples

o grande dirigente comunista Amazonas", disse Vital Nolasco, membro da direção nacional do Partido e um dos organizadores do evento.

O prefeito de Xambioá fará o descerramento da placa alusiva, no mesmo local onde será construído o obelisco que está sendo projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Em torno serão plantadas árvores nativas. Também comparecerá ao ato uma delegação da UJS (União da Juventude Socialista).

Leia artigo de Renato Rabelo e um relato biográfico de João Amazonas nas páginas 3 a 7 e última



Amazonas: cinzas espalhadas dia 21

Vitalidade e força do sindicalismo classista

Ocorreu de 7 a 9 de julho, em Minas, o 5º Congresso da Corrente Sindical Classista (CSC) com 462 delegados representando sindicalistas classistas de 21 Estados, número que superou as expectativas da Coordenação Nacional. Além das questões específicas do Movimento Sindical, foram discutidos a organização e participação política dos trabalhadores nas eleições de outubro, incluindo o apoio a Lula e a defesa de uma plataforma eleitoral classista; um plano de ação contra a

Alca; e a Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem redução dos salários.

O 5º Congresso da CSC contou com a presença de delegações de dirigentes classistas da Argentina, Venezuela e Grécia. Everaldo Augusto, presidente da CUT-Bahia, e João Batista Lemos, secretário sindical do PCdoB, fizeram, exposição sobre a conjuntura política do Brasil e a organização dos trabalhadores para enfrentar o governo neoliberal de FHC e a nova fase da CSC, diante da atual reali-

dade da luta de classes. A CSC apresentará ao conjunto dos trabalhadores e ao candidato Lula um conjunto de medidas que, aliado a uma política de defesa da soberania nacional e incentivo à geração de emprego pode propiciar um expressivo aumento da renda e da capacidade de consumo das massas populares, viabilizando a ampliação do mercado interno e abrindo caminho para um novo modelo de desenvolvimento nacional.

Páginas 8 e 9

UJS faz seu maior congresso

De 31 de maio a 2 de junho, em Aracaju, Sergipe, a União da Juventude Socialista realizou seu 5º Congresso, com debates, atividades culturais, esportivas e festas. Os mais de 800 jovens socialistas presentes elegeram João Amazonas o seu patrono. No transcorrer da plenária foram aprovadas a Carta de Aracaju, as resoluções e a plataforma juvenil para as eleições. Também foram feitas intervenções especiais. Os temas tratados nessas intervenções foram, entre outros, a campanha eleitoral, os 30 anos da Guerrilha do Araguaia, a questão de gênero, o movimento estudantil e a questão das drogas na juventude. A candidatura Lula foi apontada como a prioridade da UJS. Página 10



Jovens de todo o país reuniram-se em Sergipe

NACIONAL

Brasil, urgente, Lula presidente!

“Vamos realizar uma coalizão política ampla, nova, representativa, interessada em um novo rumo para o Brasil. Esta é a compreensão do PCdoB, que empenhará todos os seus esforços na eleição de Lula, a expressão da mudança no Brasil”. Com estas palavras o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, formalizou dia 13 a coligação entre o PCdoB e o PT, em reunião extraordinária do Comitê Central na Assembléia Legislativa de São Paulo.

A reunião, que aprovou por unanimidade a coligação, teve uma sessão aberta para convidados e a imprensa, que contou com a presença, dentre outros, de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República pelo PT e PCdoB, de José Dirceu, presidente do PT; de Valdemar da Costa Neto, presidente do PL; de Telma Ribeiro, dirigente do PMN, do professor Aziz Ab'Sáber, presidente de honra da SBPC, parlamentares, sindicalistas, jovens e mulheres que saudaram a decisão dos comunistas aos brados de “Brasil, urgente, Lula presidente!”

Década perdida e perversa

Renato Rabelo fez uma breve avaliação da situação de crise vivida pelo país, denunciando que “a década de 90, sob o comando

de Fernando Henrique Cardoso, mais do que uma década perdida, foi uma década perversa. Com a implementação da política neoliberal, o Brasil ficou mais dependente, sofrendo crises sucessivas, com instabilidade permanente. Ao contrário do que, cinicamente, declarou FHC, não vivemos uma revolução social, mas sim uma guerra social. A violência aqui causa mais vítimas do que na Colômbia, um país em guerra. Os governistas querem responsabilizar Lula pela crise do país. Mas esta crise é de FHC, que governa em condomínio com o FMI. As pressões dos governistas para que a oposição assumira um compromisso de continuidade com o que aí está devem ser repudiadas. Essas pressões são criminosas, são desesperadas. O que se impõe é um programa de mudanças!”

O presidente do PT, José Dirceu, disse que Lula realizará “o sonho de várias gerações, que é o da esquerda democrática socialista governar o Brasil. Para ele “a ‘coalizão de direita’ que governa o país já se esgotou”. O presidente do PL, deputado Valdemar da Costa Neto, disse que há um esforço grande para que a coligação entre o seu partido e o PT seja fechada, mas mesmo que isso não ocorra, seu partido irá apoiar a candidatura de Lula. “Vamos tra-



Renato Rabelo com o candidato a presidente, Lula

balhar na linha de frente da campanha de Lula”, disse ele.

Luiz Inácio Lula da Silva relatou suas atividades ao lado de João Amazonas, presidente de honra do PCdoB falecido recentemente, e repudiou o que chamou de “tentativa do governo de responsabilizar a oposição pela crise econômica que atinge o país”. Ironizando, mandou recado ao governo: “Quero fazer um apelo ao Fernando Henrique. Se a situação está difícil, se os economistas que jogaram o Brasil nessa situação não sabem o que fazer, diga que não tem como resolver e peça ajuda”. Para Lula, o governo está trabalhando com a teoria do quanto pior melhor. “O governo não tem

proposta para amanhã, então cria a prática do terror financeiro para garantir a continuidade”.

Reiterou que vai negociar, caso eleito, com todos os setores da sociedade. “A partir de 1º de janeiro nosso governo vai fazer os grandes acordos e as grandes reformas que esse país precisa. Não é justo o Brasil recorrer todos os anos ao FMI (Fundo Monetário Internacional) para fechar suas contas. A crise é causada por um único fato que é a equipe econômica ter transformado o Brasil em uma vítima do especular financeiro internacional”. Lula ressaltou que o seu governo tem a intenção de manter a estabilidade econômica, “mas do nosso modo, não do deles, que tem

gerado tanto desemprego e aumento da violência”.

Projeto do PCdoB

Vencida a etapa estratégica de concretizar a coligação com o PT, o Comitê Central do PCdoB examinou o projeto eleitoral do Partido. Foi analisada a negociação de alianças em cada Estado. Os comunistas apresentam 42 candidatos a deputado federal em 26 Estados, e 108 candidatos a deputado estadual, em todas as unidades da Federação. Ao término dos debates, chegou-se à conclusão de que é possível o PCdoB atingir as metas fixadas: eleger no mínimo 15 deputados federais e 25 deputados estaduais. O Partido poderá participar de várias chapas majoritárias, a exemplo do que já está definido no Pará (candidato ao senado) e Alagoas, Ceará e Mato Grosso (candidatos a vice-governador).

A reunião do Comitê Central destacou a importância dos Comitês Estaduais e da sua Comissão Política tratarem com todo rigor o desfecho das negociações em cada Estado. Até o final do mês de junho as Conferências Estaduais irão oficializar as coligações. A reunião delegou poderes à Comissão Política Nacional para deliberar sobre todas as questões pendentes.

“Declaração Conjunta” das direções do PT e PCdoB

O Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil celebram um acordo político com base programática e compromissos determinados ao formalizar uma coligação eleitoral, em âmbito nacional, para o pleito de outubro de 2002, sustentando a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

A base programática da Campanha Lula-2002, suporte de um Programa de Governo, tem caráter democrático e popular, patriótico e progressista. Visa unir todas as forças partidárias e sociais interessadas na mudança, contrárias à continuidade da política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, conformando uma nova coalizão política apoiada pela maioria do povo, capaz de empreender a reconstrução nacional, a ampliação democrática, a valorização do trabalho e a reconquista social.

A candidatura de Luis Inácio Lula da Silva é expressão de uma frente política e social que tem como adversário principal a candidatura da continuidade de José Serra. Essa frente mudancista pode se estender a amplas forças contrárias ao candidato dos setores hegemônicos do governo FHC, adquirindo um caráter de união democrática, em defesa do Brasil e dos interesses da maioria da população. A fim de alcançar essa amplitude necessária à vitória e à governabilidade o PCdoB e o PT se empenharão na aglutinação das forças opositoras desde o primeiro turno das eleições.

Herança Perversa

Ao cabo de dois governos de Fernando Henrique, apesar das tentativas divisionistas, a herança

verdadeira que resta é a de uma economia estagnada. A enorme conta a pagar – a dívida interna aumentou cinco vezes, o passivo externo dobrou e as reservas internacionais caíram em mais da metade –, agrava sobremodo a vulnerabilidade externa do país, provocando elevado índice de desemprego aberto que, somado ao subemprego, compreende a maioria da população economicamente ativa.

O Brasil se atrasou relativamente ao desenvolvimento de outras nações – de oitavo PIB mundial cai para o décimo primeiro. Vive uma crise energética sem precedentes. Hoje a camada abaixo da linha da pobreza chega a quase 50 milhões de pessoas, já atingindo vasto contingente com nível escolar médio e superior. Retrocedemos à renda per capita de 1980, cavando maior fosso da desigualdade social e provocando grande instabilidade econômica e social.

Apesar da prédica em contrário, o resultado da orientação seguida pelo governo FHC é a de um Estado ainda mais pesado, que elevou a carga tributária a um patamar sem precedentes na nossa história recente e, desde 1998, subordinou a governabilidade ao aval do FMI. O Estado brasileiro foi, em grande medida, desmontado nas suas funções e objetivos nacionais, transformando-se em última instância em repassador de riqueza ao grande capital financeiro.

A prática governamental adquiriu a constância da coerção política e do uso da máquina pública, deformando as instituições republicanas com a prática de um clientelismo “moderno”. A política governamental aplicada está marcada pela desvaloriza-

ção do trabalho e vigência de um regime de sujeição e perdas de direitos dos trabalhadores. A sociedade brasileira foi levada a conviver num ambiente de verdadeira guerra social, segundo expressão de representantes de fóruns multilaterais.

Essa insofismável e candente herança agravou o impasse brasileiro e tem que ser superada a fim de reverter o caminho de crises ainda maiores e ameaça de colapso, semelhante à situação acontecida na Argentina. Portanto, a mudança do modelo e da política se impõe. As forças comprometidas com os agentes políticos e sociais que mais se beneficiaram desse contencioso perverso não poderão concretizar a mudança do profundo impasse que vive o Brasil. José Serra como candidato ao Planalto, por mais que queira esconder, é expressão da confiança daqueles que mais ganharam nessa década passada, deixando perverso passivo financeiro e social para povo e para a nação.

Programa de mudança

Somente forças políticas novas, expressão da extensa maioria sacrificada por essa herança cruel, são capazes de revertê-la e mudar o rumo do desastre. Elas precisam exercer uma nova representação, intermediação e mediação, para a estabilidade sustentada com base num programa comum de verdadeira reconstrução nacional e de um novo governo democrático e soberano, desenvolvimentista e de transformação social. Nesse sentido, temos a convicção de que a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, aglutinando as forças partidárias e sociais interessadas no no-

vo rumo, constituídas em ampla coalizão política, pode se tornar a alternativa viável para superar o impasse provocado pela política neoliberal dominante e abrir um novo futuro para o Brasil.

União é o caminho da vitória

O presente acordo político entre PT e PCdoB recolhe a experiência de mais de uma década de aliança política, eleitoral e social entre os dois Partidos, a solidez da relação política estabelecida, a responsabilidade histórica que assumem em comum de responder aos profundos anseios do nosso povo. Coligam-se novamente em 2002 para enfrentar os grandes desafios que consistem no resgate da identidade nacional, na construção de uma economia diversificada e auto-sustentada, na transformação da realidade de extremada desigualdade social e de crescentes camadas de pobreza, na busca da

unidade dos povos latino-americanos, na luta por uma ordem mundial multipolar, conformada pela paz e desenvolvimento para todos os povos do mundo.

Imbuídos desses sentimentos e objetivos, o PT e o PCdoB clamam a todas as forças partidárias e sociais interessadas em participar nesse grande empreendimento mudancista e na derrota do continuísmo, para que reunamos nossas forças e contribuamos com as melhores energias na celebração de uma ampla e poderosa frente opositora por um novo rumo para o Brasil, desde o primeiro turno das eleições e, não sendo isso alcançado, estabeleçamos os meios necessários para a unidade decisiva no caso de haver um segundo turno. A união é o caminho da vitória!

As Direções Nacionais do PCdoB e do PT

Empresa jornalística

A CLASSE OPERÁRIA

Fundada em 1925

Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP)

Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL),

Edvair Bonotto, Remy Feres. Editoração Eletrônica: Marco Godoy.

Administração: Franczyrose de Andrade Matarazzo

Veja o novo endereço de A Classe Operária

Alameda Sarutaia, 185, Jardim Paulista, São Paulo, SP
CEP 01403-010 - Tel.: (11) 3054 1800

Endereço eletrônico: ccdo@ccdo.org.br
Fundação Manoel Góes www.vermelha.org.br

ESPECIAL

Amazonas vive

RENATO RABELO*

Não se encontra mais entre nós o camarada Amazonas. Não o vemos mais entrando às 4 horas da tarde em sua sala, como assiduamente fazia, somente saindo às 9 da noite, apoiando-se em sua bengala, vergado pelo peso da avançada idade, mas sempre altaneiro. Nas reuniões e conversas no final da tarde e durante a noite ele sempre tinha uma opinião sobre o curso dos acontecimentos cotidianos, interessando-se por todos os episódios do mundo moderno. A sua ausência deixa em nossa sede um grande vazio.

Deixamos de ter a presença, marcante entre nós, desse homem insólito que dirigiu, reorganizou e elevou a influência e o respeito do Partido Comunista do Brasil em condições tão adversas no mundo e no Brasil, sobretudo na difícil década de 90.

A minha vivência próxima dele, desde 1972, ficou marcada pela estatura desse eminente pensador político. O destino foi-me ingrato não permitindo minha presença, ao lado de todos os camaradas e amigos, durante a última homenagem que lhe foi prestada no seu velório em São Paulo. João Amazonas nos legou um denso cabedal de conceitos e métodos políticos emanados da sua vasta experiência de militância comunista em variadas situações de luta – na clandestinidade, legalidade ou semilegalidade –, produtos da instabilidade constante da nossa história política.

Amazonas teve papel destacado na história brasileira, assumindo uma dimensão como personalidade pública além dos marcos partidários. Teve influente função nos momentos importantes da redemocratização de 1945 – tendo destacada posição na Constituinte de 1946 – e, no final do regime militar de 1964, contribuiu na decisão que tomou Tancredo Neves como candidato único da oposição ao continuísmo ditatorial e influenciou na elaboração da Constituição de 1988. Em situação distinta, em

pleno apogeu da ditadura dos generais, foi o artífice da organização da resistência armada do Araguaia em defesa da liberdade e dos direitos do povo do interior.

Amazonas foi o reorganizador do Partido Comunista em nosso país em dois momentos cruciais: na destacada participação da Conferência da Mantiqueira em 1943, quando a Direção Nacional foi desmantelada pela ação da polícia do Estado Novo; e na convocação e condução da Conferência de 1962, em resposta à investida ideológica de cunho reformista e liquidacionista dessa época, a fim de preservar os princípios, a política revolucionária e a fisionomia do Partido fundado em 1922.

Mas, momento destacado da pertinácia desse eminente comunista sucedeu-se no começo da década de 1980 quando do desaparecimento da União Soviética e dos países socialistas do Leste Europeu. Nesse momento adverso, ele tomou a iniciativa de destacar a dimensão da crise do marxismo e do socialismo, prognosticando o avanço das políticas neoliberais do capitalismo. Antes disso, já diagnosticava, desde o início, o caráter contra-revolucionário da Perestroika, afirmativa desenvolvida em seu trabalho, “Perestroika: a Contra-Revolução Revisionista” de maio de 1988, sendo essa reforma de Gorbachev o cume final da experiência socialista na União Soviética. A sua resposta foi que a teoria revolucionária marxista não tinha sido superada, mas requeria desenvolvimento em função dos novos fenômenos em curso, criando a base para formulação de novas soluções para os diferentes desafios da contemporaneidade.

Nesse período de crise ele retirou lições da nossa experiência programática e compreendeu de um ponto de vista autocrítico que a estratégia da revolução em nosso país já possuía um caráter socialista. E deu um passo teórico importante ao concluir pela existência de um período de transição

Um comunista chamado João

“Um tal de Chico

chamado Antônio

Num cavalo baio que era

um burro velho

Que na barra fria já cruzado o rio

Lá vinha Matias,

cujo o nome é Pedro

Aliás Horácio, vulgo Simão

Lá um chamado Tião

Chamado João”

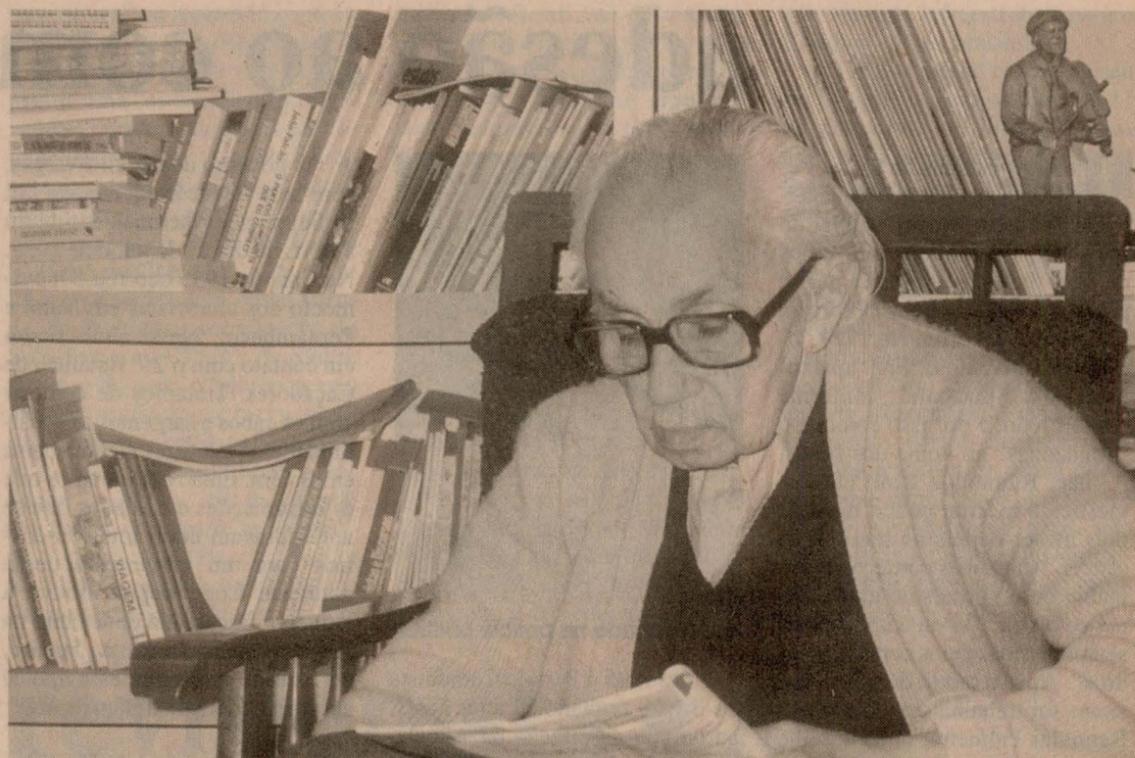
(Matita Perê – Antonio Carlos Jobim / Paulo Cesar Pinheiro)

CARLOS POMPE*

Certa vez, ao ser homenageado, João Amazonas afirmou: “Passei metade da minha vida perseguido. O Partido Comunista do Brasil, qual Fênix, renasceu das cinzas depois de 61 anos na clandestinidade. ... Se tenho alguma qualidade a destacar na minha vida, é a mesma de todo cidadão brasileiro: a de lutar”.

Militante do Partido Comunista do Brasil desde 1935, João enfrentou a perseguição patronal e a do governo; a prisão e a

clandestinidade. Nunca abriu mão da luta pelo socialismo. Sempre defendeu a organização dos ataques governamentais e daqueles que, por dentro da entidade, queriam liquidá-la ou destituiu-a de seu caráter marxista-leninista. Foi dos principais idealizadores da campanha pela participação do Brasil na luta contra o nazi-fascismo, durante a II Guerra Mundial; saudou os movimentos revolucionários da China, do Vietnã, de Cuba e da América Central, das ex-colônias portuguesas e contra o apartheid na África; solidarizou-se com os povos árabes e os palestinos, contra os sionistas. Participou decisivamente do enfrentamento teórico e político contra Krushev e a ala reformista que atingiu o Partido Comunista, reconstruindo o PCdoB, em 1962. Denunciou as correntes que tiravam do marxismo seu caráter revolucionário e polemizou com os que defenderam as teorias foquistas para a revolução na América Latina. Atuou no movimento sindical, na Aliança Nacional Libertadora, na Constituinte de 1946, na luta contra



João Amazonas (1912-2002): ideólogo do Partido Comunista do Brasil

relativamente prolongado do capitalismo dependente brasileiro para o socialismo pleno. Em sua brilhante obra “Capitalismo de Estado na Transição para o Socialismo: Notável Contribuição de Lênin à Teoria Revolucionária do Progresso Social”, escrita em maio de 1993, desvenda com grande lucidez as características fundamentais dessa fase inicial de construção do socialismo, nas condições de um país capitalista relativamente atrasado.

Amazonas elevou o pensamento tático do nosso Partido a um nível superior através de sua rica exposição em vários escritos e informes partidários, desenvolvendo o conceito de “tática de princípios, ampla e flexível” e da justa compreensão da relação entre ampliação e radicalização no processo da luta política. Os seus escritos acerca dos temas relacionados com a tática e a estratégia políticas, tais como “Não há Nação Soberana sem Estado Nacional”, de janeiro de 1994, “Cami-

nhos Novos à Luta Emancipadora”, de fevereiro de 1998 e “A Visão Limitada”, de outubro de 1984, contribuíram decisivamente para dotar o Partido de um método avançado de análise da correlação de forças em cada momento, para compreensão do nível da batalha em cada situação e para uma justa e adequada resposta no processo de acumulação de forças visando os nossos objetivos maiores.

Nosso querido camarada Amazonas deixa também uma densa e variada obra no terreno da construção partidária – “70 Anos de um Partido que se Tempera na Luta”, de março de 1992, e “O Partido mais antigo do Brasil”, de 23 de março de 1997, entre outros trabalhos. O seu pensamento é um esforço contínuo da aplicação da doutrina do marxismo-leninismo às condições próprias do nosso país e do nosso Partido. O seu talento político moldou uma obra de grande valia e significado teórico, político e organizativo para os comunistas brasileiros. O seu

pensamento revolucionário vive e é atual.

A longa militância comunista do camarada Amazonas, de mais de 60 anos, é marcada por elevada conduta ética humanista e comunista. Era um amante da ciência e da cultura e admirador das artes. Ele encarnava altivez e elevada dignidade. Homem simples, não tinha nenhum patrimônio material. Morava numa casa de aluguel e recebia um modesto salário. Tinha um grande respeito por todos os companheiros e amigos. Possuía aguda sensibilidade acerca dos problemas e anseios dos jovens e das mulheres, sendo o grande incentivador e orientador na formação da União da Juventude Socialista e da União Brasileira das Mulheres. A sua vida dedicada inteiramente ao Partido e aos seus grandes ideais é um exemplo marcante para os continuadores da grande causa do comunismo.

*presidente do PCdoB

ASSINE

PCdoB A CLASSE OPERÁRIA

Alameda Sarutaiá, 185, CEP 01403-010, Jardim Paulista, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3054 1800 Correio eletrônico: classe@pcdob.org.br

12 edições = R\$ 18,00

Pagamento:

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Vale postal nº

- Cartão nº
Validade
 Depósito na conta
Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

CEP: Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão:

Correio eletrônico:

Data da assinatura:

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

As primeiras lutas e a adesão ao comunismo



João fichado na polícia política

João Amazonas de Souza Pedrosa nasceu em 1º de janeiro de 1912 em Belém, capital do Pará. Foi o quinto dos oito filhos de uma família pobre. O pai, o português João de Souza Pedrosa, era padeiro e morreu em 1929, vítima da tuberculose. Era “apaixonado pela Amazônia”, conforme contou João, e por isso colocou o “Amazonas” no nome dos filhos. A mãe, Raimunda Leal, era doméstica e morreu pouco mais de dois meses depois do marido, de câncer. Amazonas começou a trabalhar com 11 anos de idade, numa cutelaria: “Vivia com as mãos sempre feridas pelos cortes dos vidros”. Após a morte do pai, Amazonas foi trabalhar nas Indústrias Reunidas Palmeira, onde o velho João trabalhava. Arrimo de família, fez o curso de contabilidade em um colégio gratuito, à noite.

Primeira ação trabalhista

No início dos anos 30 começaram a vigorar leis sociais e, particularmente, a lei das oito horas. Nas Indústrias Palmeira a jornada continuou de 10 horas de segunda a sábado e 5 horas aos domingos. João denunciou a exploração, por carta, ao delegado do Trabalho no Pará: “Mande imprimir um cabeçalho como ‘Associação dos Trabalhadores Paraenses’ que desse a idéia de ter representante no Rio de Janeiro, a capital federal. O delegado foi até a fábrica, apresentou a carta e disse que não se podia trabalhar dez horas. Recordo-me bem do primeiro dia em que a fábrica parou às quatro e meia da tarde – o patrão, na porta, chorava e dizia: ‘Com o sol ainda de fora e os trabalhadores já vão indo para casa’.”

Em 1935 o Partido Comunista do Brasil, fundado 13 anos antes, participou da criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Amazonas soube pelos jornais que se realizaria um ato da ANL em Belém. “Dirigi-me ao comício. No outro dia, depois do trabalho, eu já estava na sede da ANL. Desde esse momento, não dei outro passo na vida que não fosse no mesmo caminho do movimento revolucionário. Recordo-me bem da primeira reunião que assisti (com 12 a 15 pessoas): prestava grande atenção, mas na verdade entendia muito pouco do que era discutido”. João ingressou no Partido Comunista em abril: “Conquistei uns oito companheiros para organizar uma célula, uma base do Partido”. Em seguida, fundou e dirigiu o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Biscoitos, Massas Alimentícias, Chocolate e Semelhantes. O sindicato se filiou à União dos Proletários de Belém, que reunia entidades de marfimos, metalúrgicos, construção civil, alfaiates, comerciários”.

O governo de Getúlio Vargas, com base na recém-decretada Lei de Segurança Nacional, extinguiu a ANL no dia 12 de julho de 1935. No final de 1935 ocorreu o movimento dos aliancistas em Natal e Pernambuco: “Nessa altura fiquei em contato com o 26º Batalhão de Caçadores. Tratamos de conferir com os cabos e sargentos as possibilidades de se fazer alguma coisa em Belém. Então constatamos que as informações e os dados que se apresentavam eram muito precários para um movimento dessa natureza. Logo depois houve a tentativa fracassada de levante na Praia Vermelha no Rio de Janeiro, e a idéia de prosseguir esse tipo de ação praticamente desapareceu”.

Dirigente nacional do Partido

Após novembro de 1935, João Amazonas passou a integrar a direção estadual do Partido. Em 10 de novembro de 1937 ocorreu o golpe do Estado Novo: “Fomos presos, eu e Pedro Pomar, dias antes. Na cadeia de São José recebíamos constantemente as publicações do Partido, dentre elas **A Classe Operária**”. Quando saíram da prisão, os dois passaram à clandestinidade.

Em 1940, Pomar e João ficaram novamente encarcerados por cerca de quatro meses e, depois, de novo na clandestinidade. “Cometemos alguns erros: editamos em reco-reco, um volante do Partido, que circulou na área em que residíamos. Fomos mais uma vez presos. Na cadeia, eu e Pomar estudávamos o dia todo. Junto com outros companheiros fizemos greves de fome, protestos e agitações democráticas. Quando recebemos a notícia da invasão da União So-

viética pela Alemanha hitlerista, juramos sair da prisão para continuar a luta contra o nazismo e o Estado Novo”. A fuga ocorreu no dia 5 de agosto de 1941.

João e Pedro Pomar rumaram para o Rio de Janeiro: “Subimos o rio Tocantins, num período de seca e de fortes corredeiras, usando ‘motores’ pequenos e canoas impulsionadas a varas. Assim chegamos em Peixes (hoje, no Tocantins). Nos informaram que não havia estradas... E foi então que por lá apareceu o primeiro caminhão – abrindo caminho. Com ele seguimos para Anápolis, no alto da carga. No dia 23 de setembro de 1941 chegamos a Araguari, no Triângulo Mineiro. De lá pegamos um trem Maria-Fumaça para o Rio”. Os dois (Pomar e João) foram incorporados à tarefa da reorganização partidária. Existiam grupos esparsos de comunistas, espalhados pela Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e no exílio. João foi, a seguir, para Minas: “Precisava conhecer e recrutar novos militantes, e, para isso, realizar trabalho de massa. Trabalhava numa casa de móveis e tirei a carteira no Ministério do Trabalho, com o nome de João Amarante. Entrei para o Sindicato dos Comerciários em Belo Horizonte”. Depois, a atividade de reorganização o levou também ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Em meados de 1943, João integrou a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Voltou ao Rio de Janeiro. Em agosto foi realizada a II Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil: “O nome é pomposo, Conferência da Mantiqueira, mas o local de sua realização era um barracão muito tosco. Nem mesmo o

serviço sanitário existia. Dormíamos no chão e sequer havia cadeiras. Em contraposição às adversidades, tínhamos muita esperança e um calor humano formidável. Reunimos de 20 a 25 companheiros”. O Partido empenhou-se na campanha pelo envio de tropas brasileiras à Europa, para lutar contra o nazi-fascismo: “Lutamos primeiro pela declaração de guerra do Brasil à Alemanha. Depois, pela formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB)”.

Em meio ao clima da unidade construída na luta contra o nazi-fascismo, surgiu a ilusão de que seria possível reconstruir a sociedade no pós-guerra com a união de capitalistas e comunistas. Nos Estados Unidos, um grupo encabeçado por Earl Browder defendeu a dissolução do Partido Comunista Americano. O liquidacionismo – como passou a ser denominado esse movimento – teve repercussão mundial. Segundo João, na Conferência da Mantiqueira “enfrentamos o problema concreto do liquidacionismo. Todos nós que participamos da Conferência fomos partidários decididos da existência do Partido”. A Conferência elegeu o Comitê Central, formado, entre outros, por Luís Carlos Prestes e Carlos Marighela, que estavam na prisão, Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar e João Amazonas, que passou a ser Secretário do Trabalho Sindical e de Massas. “Contávamos naquele momento com alguns milhares de membros espalhados pelo país. Esta Conferência coroou todo o trabalho de reorganização do Partido num período relativamente curto que vai de 1941 a agosto de 1943”, relembra João.

Da Constituinte de 1946 ao IV Congresso

Após a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, o Estado Novo chegou ao fim no Brasil. Os exilados começaram a retornar. João Amazonas conta que “alguns chegavam com uma posição dúbia sobre a questão do liquidacionismo e o problema de reconstrução do Partido. Diziam que não seria conveniente reorganizar o Partido (...); sendo que naquele período travou-se uma intensa luta pela defesa da existência do Partido Comunista.

Em agosto de 1945 Luís Carlos Prestes foi eleito secretário geral do Partido, com Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Francisco Gomes, Agostinho Dias de Oliveira, Carlos Marighela e Pedro Pomar na direção central. Em 3 de setembro de 1945, o Partido Comunista do Brasil requereu ao Tribunal Superior Eleitoral o seu registro provisório. De 4 mil membros do período da ilegalidade o Partido pulou, em dois anos, para 200 mil membros. “Realizamos grandes comícios com a participação de Prestes, e grandes ações de massas”, relembra João.

Naquele momento, o presidente Getúlio Vargas opunha-se às tendências antidemocratização que existiam nas Forças Armadas.

“O Partido”, afirma João, “além da sua legalidade, exigia a convocação de uma Assembléia Constituinte para formular um novo pacto social. O movimento pela Constituinte se tornou irreversível. O Exército realizou, então, o golpe de 29 de outubro – um golpe reacionário – contra o avanço para um regime democrático. Getúlio foi substituído por José Linhares, que convocou a Assembléia Constituinte. Marcou as eleições não mais em clima de liberdade, como existia antes, mas com grandes restrições e ameaças. Tivemos um mês para fazer campanha, sem recursos. Mesmo assim, obtivemos 9% dos votos. Getúlio havia feito acordo com Dutra para a Presidência da República. Lançamos Yedo Fiúza como candidato”. Dutra venceu e assumiu em 31 de janeiro de 1946.

Amazonas e Pomar foram indicados candidatos a deputados constituintes pelo Pará. “Pomar ponderou que não conseguiríamos eleger dois por lá. Combinamos então que eu sairia pelo Distrito Federal (Rio de Janeiro), pois era ligado ao movimento sindical da época e fui indicado candidato pelo Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT)”. Luís Carlos

Prestes, João Amazonas (o deputado mais votado do Distrito Federal, com 18.379 votos) e Maurício Grabois foram eleitos pelo DF. Os comunistas elegeram uma bancada de 15 deputados federais e um senador (Prestes).

Havia um clima de muito entusiasmo, com a queda do Estado Novo e a grande vitória sobre o nazismo. Foi um momento de intensa mobilização popular. O Partido, conquistada a legalidade, participou amplamente da batalha pela Constituinte. Mas no momento em que ela foi convocada já se iniciava um processo de contenção da luta democrática, sem que o povo soubesse ao certo o que estava acontecendo. Durante a elaboração da Carta, predominou no país um regime de retrocesso político, sob a direção do marechal Dutra, de triste memória. A correlação de forças, de um ponto de vista mais geral, era favorável à democracia. Mas por não ter havido debate com liberdade, a Assembléia apresentou uma percentagem muito elevada de forças conservadoras e retrógradas.

Na Constituinte, segundo João, “reuníamos um pessoal muito capacitado e demos enorme contribuição ao enfrentamento de



Na Tchecoslováquia, 1950

inúmeros problemas. Éramos novatos. Muitas tarefas para poucas pessoas, mas o ambiente que existia permitia muitos avanços. Trabalhávamos vinte horas por dia. Fazíamos parte de um luta que contagiava o Brasil inteiro. Havia alegria e um bom ambiente. Não percebíamos o quanto trabalhávamos, porque aprendíamos muito também (...).

Na abertura dos trabalhos, João protestou contra a presença do ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Vitoriano, que presidiu a instalação da Constituinte – na opinião dos comunis-

tas, um atentado à sua soberania – e convidou-o a retirar-se do plenário, propondo que a direção dos trabalhos passasse para o constituinte mais idoso. João concentrou sua atuação nas questões sindicais, nos problemas relacionados ao funcionalismo público e na organização da Justiça do Trabalho; solidarizou-se com a greve dos bancários, em curso, e protestou contra a proibição de comícios e assembleias sindicais pelo governo; denunciou articulações para empastelar o MUT, defendeu a Justiça do Trabalho paritária e criticou o dispositivo que determinava participação dos trabalhadores nos lucros das empresas sem assegurar o direito dos trabalhadores na gestão das mesmas. Integrou a Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light (empresa de eletricidade). Manifestou-se pela reforma agrária e pela nacionalização das empresas de serviços públicos. Apresentou 17 emendas ao Projeto de Constituição, inclusive determinando a disseminação das Juntas de Conciliação e Julgamento por todo o país. Defendeu a participação dos trabalhadores nos lucros e na ges-

ESPECIAL

tão das empresas; a jornada máxima de trabalho de 8 horas diárias, acrescentando "Higiene e Segurança do Trabalho" nas recomendações a serem observadas pela legislação do trabalho em suas medidas que visassem "melhorar as condições de vida dos trabalhadores" (nº 3.195, esta, aprovada), o direito de greve sem restrições; além de projetos regulamentando aspectos da carreira do funcionalismo público.

O crescimento do Partido e seu sucesso eleitoral assustaram as elites que, não satisfeitas com o clima de cerceamento à democracia, investiram na cassação do registro e dos mandatos dos comunistas.

"A bancada comunista constituinte se desfez e teve início uma perseguição terrível contra todos nós. Os chefes de polícia da época eram uns bandidos. Havia sido eleito presidente o marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Getúlio Vargas, um tipo

extremamente reacionário, estúpido, incapaz de compreender os problemas e de dirigir um Estado como o Brasil. Cometeu vários crimes em um momento que ocorreriam grandes manifestações em todo Brasil e o Partido crescia a olhos vistos. (...) Dutra implantou o terror com uma ditadura fascista – em contradição com novos tempos que surgiam com a vitória da União Soviética na guerra contra a Alemanha de Hitler. O socialismo na União Soviética aparecia como contraponto e pensávamos que pudesse empolgar outras regiões do mundo", conta João.

Em maio de 1948, João havia publicado o artigo "Colonização do Brasil – objetivo do imperialismo ianque" onde questionava: "Quem não observa, nestes últimos tempos, a campanha sistemática que se faz no Brasil, de endeusamento do capital estrangeiro? (...) O imperialismo caminha em rumos contrários aos nossos interes-

ses, luta pela dominação total – econômica e política – do nosso país". Em agosto de 1949, João denunciou "a brutalidade policial do governo de Dutra e dos seus interventores" na repressão contra a campanha pela paz, deflagrada pelo Partido. Em fins de 1950 foi expedida uma "ordem de prisão preventiva" contra os dirigentes comunistas e para "caçá-los" (expressão usada pela reação) movimentando-se toda a polícia política.

Em abril de 1953, João falou ao Pleno do Comitê Central sobre "A significação, para nosso Partido, de Problemas econômicos do Socialismo na URSS", de Stalin, recém-publicado: "Muitas vezes temos repetido que se faz necessário conhecer a realidade brasileira. Mas, que significa conhecer a realidade brasileira? Se é verdade que tudo o que ocorre na sociedade é regido por leis, conhecer a realidade brasileira significa fundamentalmente conhecer as leis

objetivas que atuam em nosso país. (...) Nosso Partido inclui-se entre aqueles de insuficiente nível de desenvolvimento marxista".

"Nos anos 50, o Partido Comunista do Brasil realiza inúmeros e variados cursos sobre o marxismo. Nesses discute-se a teoria revolucionária, ainda que repetindo simplesmente textos conhecidos. Numerosos quadros partidários estudam na Escola Superior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Toda essa atividade desperta, porém, interesse nas fileiras comunistas para as questões de cunho político-ideológico, embora ainda muito confusas", escreveu mais tarde João. Nesse período João e Pedro Pomar vão para a União Soviética, participar de um curso que durou um ano e meio.

Em agosto de 1954, Vargas comete suicídio. João lembra que "o Partido estava contra Getúlio. E o povo, por conta disso, chegou até mesmo a depredar algumas se-

des do PC do Brasil. O governo Vargas foi contraditório e, ao passo de apresentar um lado repressivo durante a ditadura, desempenhou importante papel na montagem de uma infraestrutura para o Estado nacional brasileiro".

O PC do Brasil convocou seu IV Congresso para os dias 7 a 11 de novembro de 1954 (25 anos após o III Congresso). Ele havia sido convocado anteriormente, mas não fora realizado devido à cassação do registro legal em 1947. O IV Congresso foi importante na história do Partido por ter aprovado o primeiro programa dos comunistas brasileiros. Com a elaboração do programa para o Partido afloram temas teóricos relacionados com o contexto programático. Contudo, ainda que o programa significasse um relativo avanço na orientação geral, não abordava os problemas fundamentais de uma justa estratégia revolucionária.

O surto revisionista e a reorganização do Partido

Em fevereiro de 1956 o PCUS realizou o seu XX Congresso. Nele, o secretário-geral, Krushev, apresentou um relatório "secreto", onde responsabilizou Stalin por inúmeros crimes. Era a expressão de uma "nova" política que ganhou, de imediato, opositores – que a classificaram de "revisionista". Isto é, a pretexto de "aperfeiçoar ou atualizar" o marxismo-leninismo, retirava-lhe o caráter revolucionário. A mudança de rumos na URSS repercutiu em todo o mundo e o campo socialista se dividiu. Para João "o XX Congresso, aprovando teses bastante discutíveis e lançando a confusão a respeito do culto à personalidade, estimulou os oportunistas de todos os matizes e aqueles que combatiam a existência do partido independente da classe operária, autenticamente revolucionário". No Brasil, as discussões em torno do rumo do movimento comunista internacional e dos caminhos da revolução no país levaram a disputas acirradas.

Em março de 1958, sob o governo do presidente Juscelino Kubitschek, a Justiça revogou a ordem de prisão contra os dirigentes do Partido, dentre eles João, e foi finalizado o processo contra os comunistas iniciado dez anos antes. O PC do Brasil voltou a atuar abertamente, embora sem conquistar a legalidade. João foi transferido, em 58, para o Rio Grande do Sul, onde ficou até 1961 como secretário-geral do Comitê Estadual.

João referiu-se à vida interna do Partido nesse período dizendo que "em 1956, sob o pretexto de combate ao 'dogmatismo', ao 'mandonismo da direção', aos 'erros acumulados', tratava-se de mudar o caráter do Partido. Nessa luta – que se inicia após o XX Congresso do PC da União Soviética, se acentua em 1957 e 1958 (já com a viragem do Partido no sentido do completo revisionismo) e vai até 1962 – amadurece um núcleo de elementos marxistas-leninistas dentro do Partido que se opõe resolutamente ao revisionismo, que por sua vez cons-

tituía-se numa minoria relativa dentro da direção do Partido".

Na radicalização da luta com os revisionistas, foi convocado o V Congresso do Partido. João publica seu primeiro artigo ("Uma linha confusa e de direita") na Tribuna de Debates. Depois de afirmar que as premissas das Teses (ao V Congresso) transformam a burguesia em força conseqüente, diz que a linha tanto deste documento quanto da *Declaração de Março de 1958*, "só pode conduzir o proletariado e as massas trabalhadoras a um beco sem saída: a depositar suas esperanças no desenvolvimento do capitalismo e da burguesia; a acreditar na possibilidade de reformas profundas e conseqüentes dentro do regime atual; a descreer na necessidade da revolução. É uma linha de apologia do capitalismo, de ilusão na burguesia e de subordinação do proletariado aos seus interesses". João argumenta que "não é o crescimento do capitalismo que leva à independência e às transformações democráticas, como se afirma implicitamente nas Teses (nº 25). Em nosso país, a necessidade de transformações radicais há muito já amadureceu. (...) O Partido precisa elaborar uma nova linha política. Uma linha que, sendo ampla e flexível, guie o proletariado e o povo à sua libertação nacional e social. O Partido precisa sair das posições oportunistas em que se encontra". A Tribuna de Debates (número 72 de *Novos Rumos*) trouxe o artigo "Aspectos inseparáveis da luta revolucionária", de João. Os aspectos inseparáveis são o objetivo da etapa revolucionária e o movimento, a política do dia-a-dia: "Um dos erros cometidos na época do *Manifesto de Agosto* foi exatamente o de destacar o objetivo e menosprezar a política em curso no país. Tudo era realizado em função da derrubada imediata do poder das classes dominantes, à margem da situação concreta então existente. Esta posição levou-nos à abstenção injustificada no pleito eleitoral de 1950. Com o *Programa de*



João (em pé) durante a reorganização do PCdoB, 1962

1954, embora representasse um enorme avanço na orientação do Partido, insistia-se demais no objetivo, não apresentando indicações precisas para fazer frente à situação política. Confundíamos, nele, a estratégia com a tática e, por isso, pregávamos a derrubada imediata do governo e sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional. (...) Ao adotar uma nova orientação, em março de 1958, caímos no extremo oposto. Abandonamos o objetivo, sob o pretexto da inexistência de condições revolucionárias no momento, e ficamos na política do dia-a-dia, na luta pelas reformas, no gradualismo dos sucessivos governos chamados nacionalistas e democráticos." (...) "Incidindo no unilateralismo, tanto uma como outra posição, a da época do *Manifesto de Agosto* como a de hoje, são oportunistas. Oportunista de esquerda e oportunista de direita. E o são precisamente por não contribuírem para o avanço do movimento revolucionário no país."

No V Congresso, em agosto de 1960, o grupo liderado por Prestes articulou o afastamento de quase a metade dos membros do Comitê Central. Foram excluídos do Comitê Central, dentre outros, João Amazonas, Diógenes Arruda e Maurício Grabois. Lembra João que "um ano depois, em 11 de agosto de 1961, o jornal *Novos Ru-*

mos publicou o programa e os estatutos do Partido Comunista Brasileiro, que incorporava as novas orientações adotadas pelo Partido da União Soviética. Era a proposta prática de formação de um novo partido, com novo programa, novos estatutos e novo nome. No mesmo agosto de 1961, 100 dirigentes e militantes do PC do Brasil subscreveram um protesto, intitulado "Em defesa do Partido" (que ficou conhecida como *Carta dos Cem*)

João foi um dos principais redatores desse protesto, que afirma que os documentos publicados em *Novos Rumos* constituem "violação frontal dos princípios partidários, aberta infração das decisões do V Congresso, ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido". Sobre a mudança do nome, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, o protesto questiona que "essa alteração tem sentido mais grave – procura-se registrar um novo partido, com programa e estatutos que nada têm a ver com o verdadeiro Partido Comunista".

João conta: "Quando o Partido foi duramente atingido com a atuação contra-revolucionária de Krushev no XX Congresso do PCUS, surgiu uma situação muito delicada. Nós (eu, Grabois, Pomar, Arroyo, Lincoln Oest, Danielli e muitos outros camaradas) estávamos convencidos de que

em que uma minoria artificial, sob a direção de Prestes, abandonava e liquidava o velho Partido e criava o PC Brasileiro – de que não havia outro caminho senão o de reorganizar o Partido Comunista do Brasil. Fizemos isso em fevereiro de 1962".

O Partido Comunista do Brasil foi reorganizado na Conferência Nacional Extraordinária, iniciada no dia 18 de fevereiro de 1962 na rua do Manifesto (Ipiranga, São Paulo). Participaram da Conferência delegados de vários Estados, incluindo João, Pomar, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Elza Monnerat entre outros. O PC do Brasil continuou mantendo o nome com o qual foi fundado e teve como base para sua reorganização o jornal *A Classe Operária*, que estava legalmente em nome de Maurício Grabois. Permaneceram no Partido Comunista do Brasil 8 membros do antigo Comitê Central, diversos líderes sindicais e juvenis e militantes com mais de 20 anos de atividade partidária ininterruptos, vários dos quais passaram muitos anos nos cárceres devido à militância comunista. João recorda: "Ângelo Arroyo foi eleito membro do Comitê Central e da Comissão Executiva. Empenhou-se na reestruturação orgânica no bairro da Mooca. Abriu modesta livraria, numa área de fábricas, divulgando *A Classe Operária*, livros e folhetos revolucionários. Pomar ficou como redator-chefe de *A Classe Operária*."

A Conferência aprovou um Manifesto-Programa, onde é feita a análise da conjuntura política do país e as dificuldades vividas pelo seu povo devido "à espoliação do Brasil pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas". O Manifesto-Programa afirma: "O Partido Comunista do Brasil, que se orienta pelo marxismo-leninismo e que objetiva o socialismo e o comunismo, considera que, na presente situação, a

ESPECIAL

principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário, inimigo irreconciliável do

Poucos meses depois da reorganização, a direção do Partido foi convidada para participar das festividades do Dia do Trabalhador em Havana, em 1º de maio de 1962. "Fidel e o PC de Cuba tiveram importante papel na afirmação do PCdoB diante da comunidade internacional", considera João e "nessa ocasião, Maurício Grabois e eu pudemos entrar em contato com representantes do movimento comunista internacional lá presentes. O Partido manteve contatos com Ernesto Che Guevara e reuniu-se com Fidel Castro".

Em pouco mais de um ano de

trabalho, o Partido passou de centenas de membros para alguns milhares, estruturou-se em todo o país e aumentou sua influência entre as massas. Em 14 de julho de 1963, o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética divulgou uma Carta criticando nominalmente João e outros dirigentes do Partido Comunista do Brasil. Em sua Resposta a Kruschew, publicada em *A Classe Operária* nº 448, de 1 a 15 de agosto de 1963, o Comitê Central do PCdoB fez um breve relato da reorganização do Partido e classificou de caluniosa a acusação recebida.

Para João, a reorganização de 1962 "representou a continuidade

do velho Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, em nosso meio. O povo brasileiro, em especial, o proletariado, pode contar com o Partido na luta decisiva pela transformação da sociedade. O período em que se deu a reorganização do PC do Brasil foi marcado pela atitude corajosa e revolucionária dos militantes que empreenderam profunda luta teórica e grande ação política em defesa do Partido e dos princípios do marxismo-leninismo. Representou, ao mesmo tempo, a tomada de consciência de que o movimento revolucionário corria sério risco, agora não mais de fora devido à ação das forças da reação. O PCdoB

foi um dos primeiros partidos no mundo a levantar a bandeira contra o processo revisionista que se instaurou na ex-União Soviética – de transição do socialismo para o capitalismo. A história comprovou que o caminho adotado por Kruschew conduziu às chagas contra-revolucionárias (...)

No princípio de 1963, João vai pela primeira vez à China, numa delegação do Partido que incluía também Lincoln Oest, quando discute com Mao Tsetung a situação do Brasil e as vicissitudes do movimento comunista internacional.

Reafirmando os princípios que levaram à reorganização do Partido dois anos antes, João pu-

blica n' *A Classe Operária* (16 a 29 de fevereiro de 1964) o artigo "O Partido Comunista do Brasil – autêntica vanguarda revolucionária". Nele, conta que "o Partido se tem mantido fiel a seu Programa, tem propagado com persistência a idéia da revolução como a única saída para os problemas brasileiros. Mas isto não basta. Prosseguindo nessa atividade, é indispensável intervir concretamente na vida política".

A atuação semilegal dos comunistas foi interrompida pouco mais de um mês depois, com o golpe de Estado em 1964, organizado por militares com o apoio e a interferência ativa do governo dos Estados Unidos.

A luta contra o regime militar de 1964

Com o golpe, em 1964, democratas e comunistas foram duramente atacados. Imediatamente após o golpe, o jornal *A Classe Operária* foi proibido de circular e sua sede invadida por policiais. No dia 24 de abril foi instituído um Inquérito Policial Militar e denunciados judicialmente João Amazonas, Lincoln Oest e Maurício Grabois, dentre outros. Em agosto de 1964, a Comissão Executiva do Partido, da qual João fazia parte, analisou o golpe militar. A previsão sobre a longevidade da ditadura reacionária foi duramente confirmada.

Em junho de 1966, a VI Conferência Nacional do Partido elaborou o documento "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista", com a participação ativa de João e aponta, pela primeira vez na resistência à ditadura, a necessidade da convocação, por um governo democrático e representativo de todas as forças patrióticas e de "uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita".

João voltou à China em janeiro de 1967, quando aquele país vivia o auge da chamada Revolução Cultural. Em maio de 1968 o Comitê Central analisou a intensificação da luta de classes que ocorria em todo o mundo e a ascensão do movimento de massas no Brasil – os meses de março e abril e maio registraram lutas populares em nível nunca alcançado desde o golpe de 1964.

A partir do final de 66, vários comunistas dirigem-se à região do Araguaia, Sul do Pará, inclusive João, que ficou no Araguaia por quatro anos, em "vivência estreita com os homens e mulheres simples do campo e com a juventude entusiasta das cidades que lá foi viver. Aprendi bastante e reforcei ainda mais minhas convicções revolucionárias. Como dirigentes do Partido Comunista do Brasil, eu, Grabois e Arroyo nos revezávamos constantemente na vinda a São Paulo a fim de cumprir nossos deveres junto à Comissão Executiva e ao Comitê Central".

Em 1972 João estava trabalhando na avaliação histórica do Partido, juntamente com Maurício Grabois e participou em São Paulo da reunião do Comitê Central que fez o balanço dos 50 anos de fundação e 10 anos de reorganização comunista. A reunião, confor-



Em Paris, no exílio, em 1978



Com Lula, na campanha da Frente Brasil Popular

me edição especial de *A Classe Operária* (março de 1972), foi "presidida por antigo membro do Partido e do Comitê Central, decorreu num ambiente de grande entusiasmo revolucionário. O camarada José proferiu vibrante discurso alusivo às datas de 25 de março e 18 de fevereiro. Em seguida, foram lidas mensagens recebidas dos partidos irmãos, destacando-se, entre outras, as do Partido Comunista da China, Partido do Trabalho da Albânia e do Partido Comunista da Itália (marxista-leninista)". Finda a reunião do Comitê Central do PCdoB, João e Elza rumaram novamente para o Sul do Pará: "Devíamos voltar precisamente no dia 14 de abril. O ataque (das Forças Armadas aos moradores do Araguaia) foi no dia 12, e não sabíamos."

Impossibilitado de voltar à região conflorada, João dedicou-se à atuação partidária nas cidades e à luta contra as deturpações do marxismo. Em julho de 1973, publicou "Acerca da luta antiimperialista". Duramente perseguido pela ditadura militar, foi forçado ao exílio.

Mais um ano depois de terminada a luta do Araguaia, em que morreram a maioria dos militantes, o regime prosseguia na caça aos dirigentes do PCdoB. Foi assim que mataram Ângelo Arroyo e Pedro Pomar na reunião da Lapa em 1976, em que pretendiam atingir João. Mesmo fora do país, João continuou dirigindo o PCdoB.

No dia 24 de novembro de 1979 ele desembarcou no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, vindo do exílio. A anistia foi "uma conquista, e não uma dádiva",

afirmou. No dia seguinte foi recebido por cerca de mil pessoas no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, inclusive por Diógenes Aruda Câmara, que morreu de enfarto ao dirigirem-se para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde haveria um ato político. Em março de 1981 João lançou a revista *Princípios*. Lidera intenso trabalho para reorganizar o PCdoB em todo Brasil.

Fim do regime militar e redemocratização

Com a conquista da Anistia e do fim da ditadura militar, João se destacou na luta pela soberania nacional, pelo desenvolvimento da democracia e em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Contribuiu na decisão que tomou Tancredo Neves de ser o candidato da oposição no Colégio Eleitoral que derrotou o continuísmo ditatorial representado por Paulo Maluf e influenciou na elaboração da Constituição de 1988. A firmeza nos princípios e a necessária amplitude na tática foram sua marca na condução da vida partidária. No dia 23 de maio de 1985, os integrantes da Comissão Nacional Provisória do PCdoB, encabeçados por João Amazonas, entregaram ao diretor geral do Tribunal Superior Eleitoral, e Brasília, Geraldo Costa Manso, documento reorganizando o PCdoB. Em junho de 1985, João e outros dirigentes do Partido foram recebidos no Palácio do Planalto pelo presidente José Sarney.

No começo da década de 1990, quando do desaparecimento da União Soviética e dos países socialistas do Leste europeu destaca-se a capacidade teórica de João Amazonas. Ele alertou para a dimensão da crise do marxismo e do socialismo. Denunciou o caráter contra-revolucionário da Perestroika, reforma de Gorbachev que levou ao fim a experiência socialista na União Soviética. A teoria revolucionária marxista não tinha sido superada, mas requer desenvolvimento em função dos novos fenômenos em curso.

João retirou lições da experiência programática do Partido e compreendeu de um ponto de vista autocrítico que a estratégia da revolução em nosso país já possuía um caráter socialista. E deu um passo teórico importante do qual se pode

existência de um período de transição relativamente prolongado do capitalismo dependente brasileiro para o socialismo pleno. Em sua obra "Capitalismo de Estado na Transição para o Socialismo: Notável Contribuição de Lênin à Teoria Revolucionária do Progresso Social", escrita em maio de 1993, desvendou as características fundamentais dessa fase inicial de construção do socialismo, nas condições de um país capitalista relativamente atrasado. Mesmo com a crise do socialismo, o Partido Comunista do Brasil, cresceu, conquistou espaços e reconhecimento na sociedade.

João teve presença decisiva na deflagração do movimento que derrubou o presidente Collor e no desmascaramento do governo antinacional e antipovo de Fernando Henrique Cardoso. Teve ainda atuação determinante nas três campanhas presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva.

Até o fim de sua vida, aos 90 anos, João Amazonas continuou o esforço pela unidade do povo brasileiro, defendendo a formação de uma ampla frente contra o neoliberalismo. Elevou o pensamento tático do Partido a um nível superior. Seus escritos contribuíram decisivamente para dotar o Partido de um método avançado de análise da correlação de forças em cada momento, para compreensão do nível da batalha em cada situação e para uma justa e adequada resposta no processo de acumulação de forças visando aos nossos objetivos maiores.

Momentos finais

João participou do 10º Congresso do PCdoB, em dezembro de 2001 no Rio de Janeiro. Registrou que o Partido vive seu momento de maior florescimento. Devido à idade avançada e os decorrentes problemas de saúde, solicitou aos delegados presentes que não fosse reconduzido à presidência do Partido – indicando Renato Rabelo para seu lugar – e foi eleito o primeiro presidente de honra do Partido Comunista do Brasil.

Em 27 de maio de 2002 João Amazonas faleceu em São Paulo. Seu corpo foi cremado e no dia 20 de junho suas cinzas lançadas em Xambioá na região do Araguaia.

MOVIMENTO

CSC demonstra vitalidade e força

SUELY TORRES

O 5º Congresso da CSC (Corrente Sindical Classista) realizado nos dias 7, 8 e 9 de junho, no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte, Minas Gerais, reuniu 462 delegados representando dirigentes classistas de 21 estados brasileiros, um número que superou as expectativas da Coordenação Nacional. Desses, 123 eram mulheres e 339 homens. A maior delegação foi a de Minas Gerais, com 105, seguida pela do Rio de Janeiro, com 90, e a da Bahia, com 72 delegados, num processo prévio de discussão que envolveu mais de 1.700 companheiros.

O 5º Congresso além de discutir as questões específicas do Movimento Sindical, teve como temas três problemas considerados fundamentais à luta dos trabalhadores brasileiros: a organização e participação política dos trabalhadores nas eleições de outubro, incluindo o apoio a Lula e a defesa de uma plataforma eleitoral classista; definir um plano de ação contra a Alca; e a Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho, sem reduzir os salários.

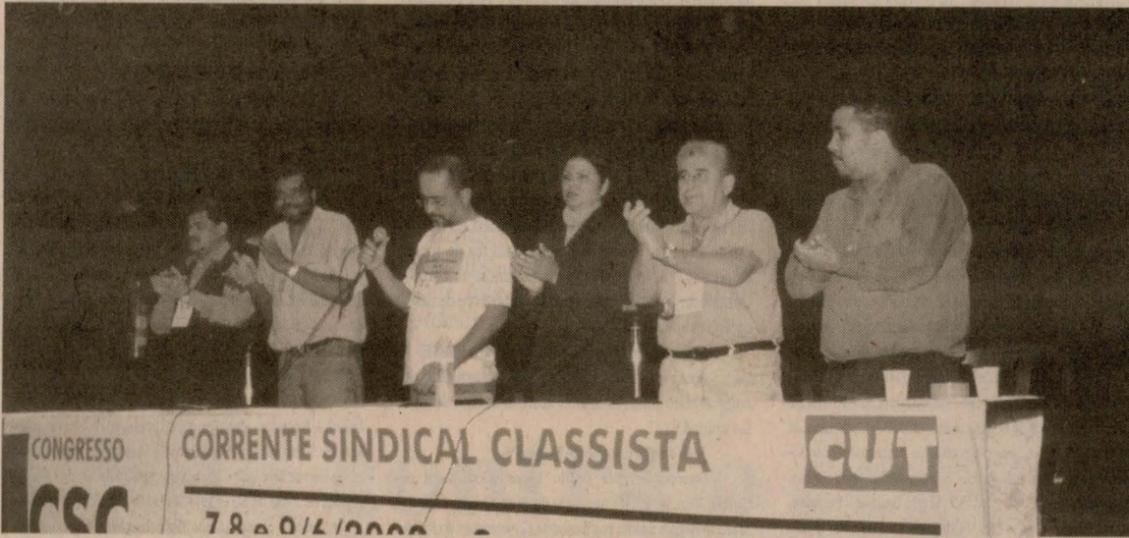
Na abertura do Congresso, Renato Rabelo fez uma palestra abordando a grave situação política do país, onde os maiores atingidos pela política neoliberal de FHC são os trabalhadores, que vivem o medo do desemprego, a perda de direitos e, principalmente, o risco de ver o Brasil se tornar uma neocolônia, caso a proposta da Alca venha a ser implementada. Daí a importância de derrotar o governo FHC nas eleições de outubro, elegendo Lula presidente, bem como uma grande bancada de parlamentares do campo popular para o Senado, Câmara Federal, Assembleias Legislativas e Governos Estaduais.

Ainda no processo de abertura, Sérgio Barroso, em nome da coordenação nacional, fez uma homenagem ao grande dirigente comunista João Amazonas, falando do empenho que ele tinha em ajudar os trabalhadores na luta pelos seus direitos, bem como o importante papel que ele jogou na unificação das forças de oposição para derrotar o neoliberalismo.

O 5º Congresso da CSC contou com a presença de delegações estrangeiras de dirigentes classistas da Argentina, Venezuela e Grécia que participaram dos três dias de debates. Participaram do ato de abertura o presidente da CUT de Minas Gerais, Lúcio Guterres; a representante da CGT, Lúcia Alves Dias; o presidente da Confederação dos Marítimos, Severino Almeida e o presidente da Conan, Wander Geraldo.

Política do sindicalismo

O segundo dia do 5º Congresso da CSC foi marcado por intensa discussão política. Everaldo Augusto, presidente da CUT-Bahia, e João Batista Lemos, secretário sindical do PCdoB, fizeram, respectivamente, uma exposição sobre a conjuntura política do Brasil e a organização dos trabalhadores para enfrentar o governo neoliberal de FHC e a nova fase da CSC, diante da atual realidade da luta de classes.



Mesa que dirigiu os trabalhos do 5º Congresso da Corrente Sindical Classista



Quase 500 delegados representaram sindicalistas classistas de todo o país

Em sua exposição, Everaldo Augusto reafirma que o projeto neoliberal, implementado no país pelo governo FHC, além de acabar com os direitos sociais e trabalhistas, tem jogado o povo na miséria: segundo dados da ONU, 52% da população economicamente ativa estão no mercado informal e mais de 54 milhões de brasileiros vivem com dois dólares e meio por dia, portanto, abaixo da linha da miséria. O Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em número de desempregados (superado apenas pela Índia).

Segundo Everaldo, é papel da CSC organizar os trabalhadores, dando-lhes consciência da necessidade da luta pelo poder político, pois sem a derrota do neoliberalismo é impossível para os trabalhadores obter qualquer vitória mais permanente. "Por isso, a principal batalha política imediata para o povo brasileiro é para eleger Lula presidente, exigindo um programa de ruptura com o neoliberalismo", afirmou o dirigente da CUT-Bahia.

Além da batalha eleitoral, cabe a CSC discutir com os trabalhadores a importância da Campanha Nacional Pela Redução da Jornada, sem redução dos salários, como questão estratégica da luta de classes. "É possível produzir mais com menos horas trabalhadas, graças ao avanço da tecnologia, da qual os trabalhadores não se beneficiam", disse Everaldo Augusto.

Outra tarefa essencial da CSC abordada por Everaldo é a Campanha Nacional contra a Alca, que, caso venha a ser implantada, transformará o Brasil numa neocolônia dos Estados Unidos. Para Everaldo, dentro da Alca não há salvação para a economia e nem

para o povo brasileiro.

A CSC e a atual fase da luta de classes

Em sua exposição, João Batista Lemos disse que a CSC é uma corrente política que nucleia, congrega e organiza a ação política de massas do sindicalismo classista. Serve para intensificar a luta política, unificando a luta econômica com a luta política de massas. A CSC não partidária as entidades sindicais, mas fortalece a organização política de classe dos trabalhadores. A CSC não é uma central, mas atua nas entidades do movimento sindical e sua estrutura básica é suprida pela estrutura do movimento sindical, nos Estados.

Na opinião de Batista o corporativismo é uma das manifestações permanentes de todo movimento sindical. A sua origem é a luta econômica, que é obrigatória sob o capitalismo. E o grande desafio colocado para os sindicalistas classistas é vincular a luta econômica com a luta política e ideológica, construindo um forte movimento de ação política de massas, com identidade de classe, que, a partir da luta sindical e econômica, seja capaz de organizar os trabalhadores para defesa de seus direitos sociais e pela conquista de uma nova política que dê um novo rumo à nação brasileira.

Aprovado o apoio a Lula, o Plano de lutas e a nova coordenação

Os delegados ao 5º Congresso CSC aprovaram o Apoio a Lula, o Plano de Lutas, a nova estruturação da Corrente e a Coordenação

Nacional. Para os classistas, um dos fundamentos da política neoliberal de FHC, que serve aos interesses do FMI e do grande capital, é a depreciação do valor da força de trabalho e a crescente "flexibilização" das relações entre o capital e o trabalho, que deságua numa ofensiva inédita contra o próprio trabalho.

Como alternativa ao neoliberalismo, o 5º Congresso da CSC propõe intensa discussão e o envolvimento dos trabalhadores na batalha política que considerou a principal deste ano: eleger Lula presidente do Brasil. Além disso, a CSC apresentará ao conjunto dos trabalhadores e ao candidato Lula, a seguinte plataforma classista que contemple, entre outras, as seguintes bandeiras:

1. Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho, sem reduzir os salários, com a realização de um Abaixo Assinado, buscando colher um milhão de assinaturas que será entregue ao futuro presidente, em maio de 2003;
2. Campanha Nacional contra a Alca, através de plebiscito nacional e com a participação dos trabalhadores nos Comitês estaduais contra a Alca;
3. Fortalecimento do ensino público e gratuito;
4. Valorização do Salário Mínimo, recuperação da perda do poder aquisitivo dos salários e instituição de uma política salarial que preserve o valor real dos salários;
5. Reforma agrária;
6. Fortalecimento da organização sindical, preservando a unidade e estimulando a fusão de sindicatos por ramos;
7. Defesa da Previdência Pública e Seguridade Social.

Para João Batista Lemos, o novo coordenador nacional da CSC é João Batista Lemos, atual presidente da CUT-Bahia.

conjunto de medidas, aliado a uma política de defesa da soberania nacional (com a negação da Alca, suspensão do pagamento da dívida externa e ruptura com o neoliberalismo) e incentivo à geração de emprego, pode propiciar um expressivo aumento da renda e da capacidade de consumo das massas populares, viabilizando a ampliação do mercado interno e abrindo caminho para um novo modelo de desenvolvimento nacional".

Nova Coordenação Nacional

Os delegados presentes à plenária final do 5º Congresso elegeram a Coordenação Nacional da CSC, composta por 25 companheiros. Fazem parte da Executiva João Batista Lemos, Coordenador Geral; Gilson Reis, Gilda Almeida, Pascoal Carneiro, Wagner Gomes e Mônica Custódio, ambos da executiva nacional da CUT, e Marcelo Cardia. Além de Abigail Pereira, (RS/Serviços); Adilson Araújo, (BA/Bancário); Aldemir Caetano, (AM/Petroleiro); Augusto Petta, (SP/Educação); Reginaldo Oliveira, (BA/Comerciários); Agnaldo Meira, (BA/Rurais); Geraldo Assunção, (RN/Telefônicos); Everaldo Augusto (-CUT/BA); Jaime Ramos (RJ/Alimentação); Joel Batista (SP/Metalúrgicos); Mário Batista, (RJ/Marítimos); Moacir Martins, (PA/Construção Civil); Orlando Silva, (SP/CES); Paulo Moreira, (MG/Metalúrgicos); Roque Tarugo, (SP/Metalúrgicos); Ailson Duarte, (CE/Bancários); Sônia Latigê (RJ/Urbanitários) e Wladimir Nepo-nuceno, (DF/Servidores Públicos Federais)

Fortalecimento do CES

O novo coordenador do CES (Centro de Estudos Sindicais), o ex-presidente da UNE Orlando Silva já fez um balanço dos 17 anos de existência do Centro. Apontou uma consolidação do CES como importante referência do sindicalismo brasileiro, sempre apresentando uma visão classista sobre os fenômenos políticos, econômicos, sociais e ideológicos do país e do mundo.

E para o próximo período, a prioridade do CES deve ser a formação do sindicalismo classista, capacitando-o para embates contra o capital e para a disputa pela hegemonia no sindicalismo brasileiro.

A busca desse objetivo exige a multiplicação de atividades de formação, com conteúdos ligados à conjuntura e métodos adequados à realidade dos trabalhadores, onde, além das atividades do CES será fundamental uma política permanente de formação nos Estados e nos sindicatos, com a realização de cursos nacional e estaduais amplos, com participação de sindicalistas e monitores.

Orlando ainda destacou a importância da revista *Debate Sindical* como uma grande realização do CES, que possui certa repercussão política e intelectual, servindo à polêmica sobre temas novos e difundindo as concepções classistas em círculos amplos. "Por isso é preciso ampliar sua distribuição e explorar seu potencial formador de opinião e militância", afirmou Orlando Silva.

MOVIMENTO

Congresso deflagra nova fase da CSC

JOÃO BATISTA LEMOS*

A militância classista respondeu com muito entusiasmo e garra à convocação do 5o Congresso da Corrente Sindical Classista (CSC), que foi concluído com êxito e tende a deflagrar uma nova fase do sindicalismo classista brasileiro, marcada por uma maior independência da corrente, ampliação de sua inserção e influência entre os trabalhadores e trabalhadoras e ênfase na ação política de massa.

O congresso foi realizado à sombra da crise do capitalismo e do imperialismo, manifesta na falência da política neoliberal e no visível agravamento das contradições fundamentais do sistema - entre capital e trabalho, entre os interesses da potência hegemônica e das nações mais pobres e dependentes, assim como entre as próprias potências.

Basta um breve olhar sobre os países que compõem o Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) para perceber que os problemas econômicos derivados da orientação neoliberal chegaram a um grau insustentável e estão se desdobrando em sérios confrontos políticos. Criou-se uma situação que reclama mudanças urgentes. É preciso construir na luta um novo rumo político, alternativo ao neoliberalismo. Os trabalhadores

se encontram diante do desafio de criar a base e se constituir na vanguarda do novo rumo. A reunião dos classistas não ficou alheia a esta exigência candente da vida.

Apoio a Lula

Elevar o nível da luta dos trabalhadores, do plano econômico e corporativo para o político, foi uma preocupação central dos delegados, contemplada também nos temas que nortearam o debate. Na luta por um novo rumo e pelo fortalecimento do sindicalismo classista, o congresso elegeu três grandes batalhas, que devem ser desenvolvidas de forma combinada.

A primeira, mais central e urgente, é a eleição de outubro. Os classistas devem empenhar o melhor de seus esforços na campanha eleitoral apoiando a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, assim como os candidatos aos governos estaduais, assembleias legislativas e Congresso Nacional que fazem oposição ao neoliberalismo e têm compromissos com os interesses nacionais e populares. Foi debatida e aprovada uma plataforma classista que propõe a valorização do trabalhador como fundamento de uma nova política econômica e deve ser apresentada aos candidatos apoiados pela CSC e orientar a nossa propaganda eleitoral.

O bombardeio que a candidatura Lula vem sofrendo por parte



Wagner Gomes e João Batista: coordenadores da CSC

dos grandes especuladores e credores estrangeiros, com a cumplicidade da mídia e do governo entreguista, revela bem o que está em jogo nesta batalha. De um lado, encontram-se os interesses dos imperialistas em garantir a continuidade da política neoliberal. Do outro, estão os interesses populares e democráticos representados principalmente pela candidatura Lula, que defende e procura um novo rumo para o Brasil.

Alca e jornada

Ao mesmo tempo, é indispensável a participação ativa na luta contra o projeto da Alca, que

constitui uma séria ameaça à soberania nacional e pode significar a anexação econômica do Brasil e outros países americanos pelos EUA. Além de comparecer aos debates e manifestações populares em torno do tema, a militância classista deve trabalhar pelo sucesso do plebiscito da Alca que será realizado nos dias 1 a 7 de setembro.

Também foi destacada a campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários e sem flexibilização, que deve ser associada ao plano de estruturação e fortalecimento da CSC nos locais de trabalho, em especial nas grandes empresas. A redução da jornada deve ser propagada como o principal instrumento de combate ao desemprego, combinada com uma política econômica que garanta a retomada do crescimento sustentado e outras iniciativas para ampliar a oferta de emprego e proteger os desempregados. A desocupação transformou-se no maior problema social do nosso tempo, é a prova maior da crise do capitalismo e deve ser enfrentada com uma política de valorização dos trabalhadores, cujo ponto alto é a redução da jornada. O 5o Congresso aprovou o encaminhamento de um abaixo-assinado em apoio ao projeto de redução da jornada dos deputados Inácio Arruda e Paulo Paim, indicando como meta a coleta de 1 milhão de assinaturas até 1o de Maio de 2003 para apresentar ao novo presidente da República e aos presidentes do Congresso Nacional e da Câmara Federal.

Neste momento e até outubro as campanhas contra a Alca e pela redução da jornada

realização de campanhas próprias devem ser conduzidas em harmonia com a batalha eleitoral. Assim, por exemplo, o abaixo-assinado pela redução da jornada deve ser levado às portas de fábrica e empresas, escolas e bairros conjuntamente com o material de campanha dos nossos candidatos ao pleito de outubro. O mesmo deve ser feito em relação ao plebiscito da Alca.

Defesa do socialismo

Os delegados debateram e assemelaram a idéia de que a crise do capitalismo não encontrará uma solução duradoura e progressista nos marcos do sistema. A saída definitiva para a crise da sociedade moderna só virá com a vitória e construção de um novo regime social - o socialismo. Por isto, o congresso decidiu apontar a atualidade da luta pelo socialismo, intensificar a propaganda em defesa dos ideais socialistas e a solidariedade dos povos americanos com Cuba, assim como com a política antineoliberal de Hugo Chávez na Venezuela.

Todavia, é preciso entender que a bandeira socialista não deve ser hasteada à margem do leito concreto da luta de classes, das grandes batalhas políticas em curso no País como as eleições de outubro, a luta contra a Alca, a campanha pela redução da jornada, a defesa dos direitos trabalhistas e outras. O caminho do socialismo passa pela derrota política do neoliberalismo.

A crise produz um aguçamento invulgar da luta de classes e projeta sobre o horizonte visível a perspectiva de confrontos políticos radicais no Brasil, a exemplo do que já se verifica na Argentina, Venezuela, Paraguai e Equador, entre outros. Colocar-se à altura das lutas atuais e vindouras é o maior desafio da CSC. Para tanto, será necessário empregar o melhor da energia classista num grande e urgente esforço visando ampliar a organização e influência política da CSC no movimento sindical e principalmente no chão das fábricas e das empresas com o objetivo de viabilizar, em aliança com outras forças progressistas, uma alternativa política ao neoliberalismo em nosso continente.

*secretário sindical do PCdoB e coordenador nacional da CSC

Saudações internacionalistas

A Corrente Sindical Classista recebeu estas mensagens da Federação Sindical Mundial e da Confederação Intersindical da Galícia:

"A Federação Sindical Mundial (FSM), representando as organizações sindicais filiadas dos 5 continentes, enviamos-lhes saudações fraternas e solidárias de classe ao 5o Congresso Nacional da combativa Corrente Sindical Classista (CSC).

Estimados companheiros, vosso 5o Congresso se realiza nos momentos mais transcendentais para a classe trabalhadora e povos do Brasil e que, indubitavelmente, têm suma importância para o movimento sindical classista latino-americano.

Os trabalhadores e os povos da América Latina intensificam a cada dia grandes ações de luta contra as políticas neoliberais e contra os governos servís ao imperialismo, caíram vários por ação das massas e seguiram caindo outros, porque o modelo se torna ingovernável, já ninguém crê nos globalizadores neoliberais, apesar de sua propaganda sofisticada de alienação, só se mantém mediante a ditadura que todos sentimos na própria carne.

É necessária a unidade de todas as correntes e forças progressistas do mundo para contra atacar a ofensiva ideológica e de alienação do imperialismo, recuperar a consciência de classe e intensificar a luta ideológica em defesa do pensamento crítico e, dessa maneira, nossa luta junto às demais forças sindicais e sociais serão mais eficazes.

Nesse contexto, o movimento sindical classista e todas as de-

mais forças progressistas têm um rol decisivo daqui para a frente. Por isso, o 5o Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista tem grande importância porque suas resoluções serão aportes significativos para o povo brasileiro e para as forças progressistas da América Latina.

Companheiras e companheiros da Corrente Sindical Classista, lhes desejamos muitos êxitos em vosso 5o Congresso e contem sempre com a solidariedade de classe da Federação Sindical Mundial.

Viva o 5o Congresso da Corrente Sindical Classista.

Viva o internacionalismo proletário e a solidariedade de classe

Alexander Zharikov, pelo Secretariado da FSM; Valentín Pacho, secretário geral adjunto.

Mensagem da Galícia

Agradecemos o vosso convite para participar no 5o Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista.

Infelizmente, por razões estritamente econômicas, não nos é possível estar em Belo Horizonte, compartilhando com os camaradas e amigos e amigas da CSC as suas análises, discussões e resoluções.

Mesmo assim, a Confederação Intersindical Galega (CIG), quer enviar uma saudação fraterna, solidária e classista aos camaradas presentes no 5o Congresso e a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil que têm a CSC como referência sindical.

Sabemos do vosso compromisso militante, conhecemos a

vossa prática sindical e organizativa, admiramos o vosso trabalho.

Desde a CIG, pensamos que o sindicalismo tem que ser uma ferramenta sindical, mas também social e política. Os sindicatos têm que ter um projeto social e a classe trabalhadora tem que estar ideologizada. Não é possível mudar a vida dos trabalhadores sem unir luta sindical, luta social, luta política e luta ideológica.

Há uma grande corrente de opinião, também dentro dos sindicatos, que pretende apartar o trabalho sindical do trabalho político e ideológico; que quer que os sindicatos se transformem em oficinas de resolução de problemas individuais; que pensa que os sindicatos devem ser "apolíticos"; que diz que as classes sociais e a luta de classes é coisa da história passada; que defende que "os sindicatos são só para pactuar e consensar e os exércitos para lutar".

É um pensamento que está destruindo os sindicatos como ferramenta de transformação social, que está lhes dando muita presença institucional, mas que os isola socialmente e os anula politicamente. É a ideologia do poder.

Os/as camaradas da CSC estão contra este pensamento e por isso são merecedores do nosso respeito e apoio.

Prezados companheiros. Prezadas companheiras

Viva o 5o Congresso Nacional da CSC.

Xesús Seixo Fernández, secretário geral; Xesús Ramón González Boán, relações internacionais da Confederação Intersindical da Galícia.

Ações unilaterais de violência e coerção fazem parte da perigosa escalada guizotiana promovida pelos EUA sob o governo Bush. Os povos lutam e resistem contra a bandeira da paz.

A Agenda Agressiva dos EUA Luis Fernandez
O Sacrifício do Povo Palestino Jose Saramago
O Socialismo na China Renato Rebelo

Leia

Princípios

Pedidos para Editora Anita Garibaldi R. Monsenhor Passalacqua, 158 Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP Telefax: (11) 3266-4312

Endereço eletrônico: anita.garibaldi@uol.com.br
Página: www.anitagaribaldi.com.br

NACIONAL

O 'Congresso João Amazonas' da UJS

RICARDO ABREU
E LÚCIA STUMPF

Três dias antes do início de seu Congresso Nacional, os militantes da UJS (alguns na estrada, a caminho de Aracaju) lamentaram o falecimento de João Amazonas. Na abertura dos trabalhos, um plenário emocionado, repleto e entusiasmado decidiu por aclamação que esse evento se chamaria "Congresso João Amazonas", numa homenagem da UJS "ao bravo camarada que morreu jovem de espírito, lutando pelo ideal socialista", segundo Wadson Ribeiro, presidente da UJS.

Depois de 15 anos a UJS voltou a realizar um Congresso Nacional em Aracaju, Sergipe, com um decisivo apoio da prefeitura da cidade, do Comitê Estadual do PCdoB e da UJS do Estado. Foram quatro dias, de 31 de maio a 2 de junho, de debates em plenário, grupos de discussão, atividades culturais, esportivas e festas.

Os mais de 800 jovens socialistas presentes em Aracaju, entre delegados e observadores, deram provas de que a UJS, fundada em 22 de setembro de 1984, caminha para a maturidade política e ideológica, ao aproximar-se dos 18 anos de existência. O Congresso, com quase 20 mil participantes em seu processo, foi o maior da história da organização juvenil.

Presenciaram o congresso várias delegações juvenis internacionalistas, que intervieram na plenária final. Vieram ao Brasil delega-

ções da Federação Mundial das Juventudes Democráticas - FMJD, da Liga da Juventude Comunista da China, da UJC de Cuba, da FJC da Argentina, da Liga de Jovens Comunistas dos EUA, da Casa da Juventude do Paraguai, da JC Paraguai, da JC de Portugal e da KNE da Grécia. O embaixador da Palestina no Brasil, Musa Amer Odeh, também participou do congresso.

Renato Rabelo, presidente do PCdoB, fez uma conferência na noite do primeiro dia sobre a atualidade da luta pelo socialismo. Além de Renato, no ato político, realizado no segundo dia, estiveram presentes personalidades políticas como o prefeito da cidade, Marcelo Déda (PT), o vice-prefeito, Edvaldo Nogueira (PCdoB), a prefeita de Olinda, Luciana Santos (PCdoB) e o vice-prefeito de Recife, Luciano Siqueira (PCdoB).

Também marcaram presença o senador José Eduardo Dutra (PT/SE), a deputada federal Tânia Soares (PCdoB/SE) e os presidentes da UNE e da UBES, Felipe Maia e Igor Bruno.

Representando as delegações internacionais, estavam na mesa do ato político o presidente da FMJD, Iraklis Tsavdarids, a representante da Liga da Juventude Comunista da China, Xing Weibin, e o embaixador da Palestina, Musa Amer Odeh, que foi o primeiro a falar e logo empolgou o público presente.

Disse que "a juventude palestina tem jogado um papel importante na luta pela libertação de seu povo, e estamos contando com o



Plenária do Congresso da UJS realizado em Aracaju

apoio de vocês, jovens brasileiros liderados pela UJS".

Renato Rabelo reforçou a necessidade de uma frente ampla de oposição para derrotar o neoliberalismo e apontou o grande desafio que a UJS terá nesse próximo período: "esse momento histórico é favorável à vitória da oposição, e os momentos históricos não se repetem. Devemos entender a dimensão dessa batalha e eleger Lula presidente".

No terceiro dia aconteceu o campeonato de futebol do Congresso, em que as delegações de todos os Estados disputaram a taça, no maior clima de Copa. Sergipe, o time da casa, ficou com a taça. Na mesma noite teve início a plenária final.

José Reinaldo Carvalho, vice-presidente do PCdoB, falou à plenária sobre a situação mundial e a importância da solidariedade internacionalista. Rodrigo Abel, secretário nacional da Juventude Petista, representou Lula. Abel afirmou

que nesse próximo período "a juventude petista e a UJS terão o grande desafio de construir um imenso movimento na sociedade brasileira. Um movimento que impulse a mudança de rumos do país". Levou a Aracaju uma mensagem de Lula gravada especialmente para o Congresso da UJS.

No transcorrer da plenária foram aprovadas a Carta de Aracaju, as resoluções e a plataforma juvenil para as eleições. Também foram feitas intervenções especiais. Os temas tratados nessas intervenções foram, entre outros, a campanha eleitoral, os 30 anos da Guerrilha do Araguaia, a questão de gênero, o movimento estudantil e a questão das drogas na juventude.

A candidatura Lula foi apontada como a prioridade da UJS. Foi ressaltada a tarefa de ajudar a eleger bancadas de deputados e senadores de esquerda, e governadores nos Estados. Ricardo Cappelli, ex-presidente da UNE e candidato a deputado estadual pelo

PCdoB no RJ, falou em nome dos candidatos jovens a deputado federal e estadual presentes.

Pouco antes de iniciar a eleição da nova Direção Nacional da UJS, ex-militantes da UJS foram homenageados. Andréa Barbosa, Aldanny Resende, Ricardo Cappelli e Orlando Silva Júnior, ex-presidente da UJS, entre outros, receberam calorosa, justa e emocionada homenagem de todos os presentes.

A unidade, marca maior dos quatro dias de discussão e construção política, se evidenciou no momento de eleição da nova Direção Nacional da UJS. Foram eleitos 41 companheiros. Wadson Ribeiro, que já havia sido eleito presidente da UJS em uma plenária no ano passado, foi reconduzido à tarefa neste congresso. "Saímos deste congresso fortalecidos para as próximas batalhas", disse Wadson.

Os jovens que se reuniram durante 4 dias em Aracaju voltaram para casa com sua convicção socialista renovada.

Conam reúne mais de mil delegados do movimento comunitário

Um ato político reunindo diversas autoridades marcou a abertura do 8º Congresso da Conam - Confederação Nacional das Associações de Moradores -, dia 30 de maio, no Ginásio do Ibirapuera, São Paulo. O presidente da entidade, Edmundo Ferreira Fontes, declarou: "Este congresso representa uma parcela organizada de nosso povo, ou seja, os movimentos comunitários".

Na mesa de abertura estavam os deputados federais paulistas Aldo Rebelo (PCdoB), Arlindo Chinaglia (PT), Arnaldo Faria de Sá (PPB) e Luiza Erundina (PSB), os deputados estaduais Nivaldo Santana (PCdoB-SP) e Jamil Murad (PCdoB-SP), o secretário paulistano de Habitação, Paulo Teixeira, e a de Esportes, Nádia Campeão, entre outros políticos e dirigentes de entidades. Os quase 1.100 delegados presentes homenagearam João Amazonas, fazendo um minuto de silêncio.

Na sexta, o dia começou com uma atividade cultural com Paulo Douglas, músico de Belém (PA) e delegado ao evento. Os delegados acompanharam - e depois debateram - a "Exposição sobre a Situação Nacional e a Conjuntura Internacional", que contou com a participação do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), do secretário nacional de mobilização do PT, Francisco Campos, e do subsecretário de Estado do Rio de Janeiro, Jaime Muniz. Aldo ressaltou as desigualdades sociais do Brasil. "Apesar de nossa grandeza populacional, territorial e econô-

mica, somos um País que sofre de graves deformações", afirmou. "A concentração de renda e o desemprego aqui são terríveis. Corremos, inclusive, o risco de perder nossa soberania".

Movimento de resistência

Representando Benedita da Silva, governadora do Rio de Janeiro, Jaime Muniz valorizou o papel institucional da Conam. "É a entidade que representa todos os movimentos comunitários, e sua próxima diretoria tem o compromisso de resgatá-los em todo o Brasil", comentou. Já Francisco Campos elogiou a mobilização dos movimentos comunitários. "Diante da investida neoliberal, o 8º Congresso da Conam é um elemento importante de resistência e tem de aprovar um plano de lutas consistente", disse.

À tarde, o presidente da Facesp (Federação das Associações de Moradores do Estado de São Paulo) e diretor da Conam, Wander Geraldo da Silva, definiu a entidade como elemento essencial na organização, conscientização e mobilização do povo na luta pelo direito à moradia e por uma melhor qualidade de vida da população brasileira.

No dia 1º de junho foram realizados trabalhos de grupo. Na Plenária final, domingo, foram votadas modificações nos Estatutos da entidade e o relatório dos grupos de trabalho. Por fim foi eleita a nova diretoria, presidida por Wander Geraldo da Silva.

FHC e Serra apelam para o terror

LUIS CARLOS ANTERO

Para ajudar José Serra, Fernando Henrique Cardoso estimula a idéia de colocar nos ombros da esquerda a responsabilidade pelos descaminhos do mercado e da economia. Após uma reunião com FHC, Pimenta da Veiga, coordenador da campanha de Serra, afirmou que "os investidores têm razão em temer a vitória de Lula". O presidente do PSDB, José Aníbal, por sua vez, afirmou: "Sem dúvida, o fato de associar Serra à possibilidade de que o Brasil mantenha o rumo ajuda muito na definição de voto favorável a ele".

O capital financeiro internacional pressiona para eleger José Serra presidente, garantindo o continuísmo da política neoliberal. A espada que paira sobre o governo e a economia - o encurtamento do prazo de vencimento dos títulos brasileiros -, veio à tona como a ameaça que dá o tom do confronto com o mercado e sua repercussão internacional. Depois de novas derrotas para a volatilidade financeira no mercado, que reagiu mal ao pacote de medidas para aplacar o "nervosismo" e o "risco-país" nas alturas, FHC e sua equipe econômica foram vitoriosos noutro assunto, que conhecem na intimidade: balcão de negócios. Na convenção do PMDB o balcão funcionou de um modo que colocou a nu a natureza dos que buscam a continuidade do atual modelo econômico.

Todos os ministérios foram acionados por FHC para atender aos pedidos da cúpula nacional do

PMDB. Esse grupo fisiológico exigiu os cofres e os serviços da administração federal, nomeações, liberação de emendas ao Orçamento e empréstimos pessoais. Até o apoio ao defenestrado ex-senador Jader Barbalho, que procurou se aliar ao PSDB paraense, foi admitido: O candidato oficial, José Serra, e o PMDB prometeram "estrutura de campanha" para sua tentativa de retorno ao Senado.

Além do discurso contundente do senador Roberto Requião, que forçou a inclusão do seu nome na disputa, outros, como o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), denunciaram o uso de todos os meios, em especial da compra dos votos dos convencionais. "Eu mesmo fui alvo de promessas milionárias", disse o indignado senador. Sobraram as seqüelas dos complicados arranjos estaduais, voltados para a acomodação forçada dos interesses políticos regionais que visam garantir o sucesso da coligação. O PMDB consagrou sua divisão, expelindo paradoxalmente os melhores frutos de uma cesta deteriorada pela podridão moral, que migram para o apoio à candidatura de Lula.

Presença dócil dos agiotas

As reuniões mensais do Comitê de Política Monetária (Copom) se debruçam sobre a taxa básica de juros (taxa-Selic), hoje em 18,5%. Um aumento da taxa de juros ampliaria o "pânico" no mercado e a desconfiança em relação aos títulos públicos, visto que aumentaria o custo dessa dívida -

indexada em boa parte à taxa-Selic e vencendo no curto prazo.

O confronto entre o Banco Central e o mercado vai se refletindo nos juros no mercado futuro, com os contratos de janeiro projetando taxa anual que já ultrapassa os 23%, elevando adicionalmente a fragilidade da economia diante da expectativa dos resultados eleitorais. As empresas anunciam férias coletivas e mais redução do emprego industrial, o comércio registra queda de vendas, o país caminha para a recessão. A dívida pública interna que, em abril somava R\$ 633,29 bilhões - cerca de 56% do Produto Interno Bruto -, subindo 1.200% desde o início dos governos de FHC (quando representava 30% do PIB), passará por um crescimento mais acentuado, num terreno acidentado, à beira da "argentinização" ainda neste governo. Os títulos indexados ao dólar passaram de R\$ 179,6 bilhões em março para R\$ 182,6 bilhões em abril.

Torna-se, portanto, cada vez mais perigoso (e sob o completo domínio dos tubarões) o banho na praia dos "investidores", onde reinam as turbulências. A decisão dessa batalha estará na vitória de Lula e derrota do atual projeto e da interferência da especulação na democracia brasileira. É preciso opor aos que assimilaram formidáveis lucros às expensas da atual política econômica e agora querem escolher novamente o presidente do Brasil, um povo capaz de traçar soberanamente seu destino e assegurar o desenvolvimento com independência e prosperidade social.

INTERNACIONAL

México: maré da indignação em uma sociedade caótica

MIGUEL URBANO RODRIGUES*

Com a eleição de Vicente Fox, a direita tradicional voltou à Presidência da qual havia sido afastada há mais de 90 anos no México. O apodrecimento do Partido Revolucionário Institucional (PRI) facilitou-lhe enormemente a vitória. O novo presidente definiu logo de início a estratégia da sua administração numa frase que foi muito saudada em Washington: este será "o governo de um empresário para empresários!" A síntese define o homem e o político.

A arrogância da direita adquiriu aspectos tão ostensivos que o grande patronato, ingerindo-se na área da Educação, não hesita já em exigir a introdução do ensino religioso nas escolas públicas.

Fox, como candidato, anunciara uma luta sem quartel contra a corrupção, a insegurança e o desemprego. Entretanto, a corrupção se alastra, tal como a violência, e no seu primeiro ano de governo foram suprimidos 800 mil postos de trabalho.

As relações do presidente com o Congresso tornaram-se tensas porque ignora com frequência a rejeição de decretos seus que, posteriormente, são declarados inconstitucionais pela Suprema Corte. Dos seus múltiplos conflitos com o Legislativo, o mais grave situa-se na área da política energética.

Para a esmagadora maioria dos mexicanos a nacionalização do petróleo foi encarada como conquista irreversível do povo. O prestígio de Lázaro Cardenas – que permanece inalterado – é inseparável da firmeza com que o presidente-símbolo da revolução resistiu a todas as pressões do imperialismo e das transnacionais petrolíferas, defendendo a Pemex.

Ora, Fox ataca o tabu: quer privatizar a eletricidade e a petroquímica.

Na área da política externa, o conflito criado com Cuba foi apenas um dos aspectos da ruptura com o princípio – constante da Constituição – de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados. Através da gravação da sua conversa telefônica com Fidel Castro, divulgada pelo presidente de Cuba, o povo mexicano soube que Fox lhe mentira ao negar pressões exercidas sobre o líder revolucionário antes da Conferência de Monterrey, promovida pela

ONU. Fox agiu no episódio como autêntico vassalo de George Bush.

Durante a Cimeira União Europeia-América Latina, em Madrid, Fox foi recebido pelo chefe do governo espanhol, Aznar, com demonstrações de apreço excepcionais. Abordando duas questões fundamentais, Fox produziu afirmações que logo desencadearam no México uma tempestade de protestos.

No tocante às relações com o PRI, retomou acusações antigas sobre o uso ilegítimo de fundos públicos na campanha eleitoral de Labastida, candidato daquele partido à Presidência. Omitiu que acusações não muito diferentes, ligadas a subsídios privados, igualmente ilegais, envolvem a sua própria campanha. O ataque surpreendeu porque, dias antes, Fox estabelecera no México quase um pacto de cooperação com o atual presidente do PRI, Roberto Madrazo.

Mais ampla e indignada foi, contudo, a reação dos opositores ao tomarem conhecimento das declarações de Fox sobre a questão energética. Dirigindo-se a chefes de Estado e de governos europeus, informou que o Congresso na sua próxima sessão extraordinária aprovará as propostas de privatização do setor energético. A afirmação, categórica, choca pela leviandade.

O projeto de desmantelamento da Pemex foi inspirado pelo Banco Mundial, isto é, por Washington. Como salientou o economista John Saxe Fernandez, professor da Universidade Nacional do México, uma tal operação exigiria submeter previamente a Constituição a uma "grande cirurgia". Esta parece inviável porque a oposição, que rejeita as privatizações propostas pelo presidente, é amplamente majoritária na Câmara e no Senado.

Segundo Fox, a atual carta magna mexicana não responde já "às novas circunstâncias democráticas", nem "à nova agenda internacional do país". E, sob os aplausos de Aznar, achou útil acrescentar que a "ordem internacional deve ir além do conceito de soberania". Procedeu obviamente, como complemento, à apologia da Alca e do Plano Puebla-Panamá. Não esclareceu, porém, que três semanas antes a Suprema Corte de Justiça do México declarou inconstitucionais vários artigos do projeto de privatização do setor energético.

Fox não informou também que a Pemex é forçada pelo seu governo a pagar ao Estado, sob a forma de impostos, 95% dos lucros obtidos, o que a impede de realizar investimentos indispensáveis para manter sua competitividade.

A Fundação Heritage, conhecida pelas suas posições de extrema-direita, avaliou recentemente em 150 bilhões de dólares o valor da Pemex para efeitos de privatização, admitindo que a Exxon, a Shell, a Amoco e a Dupont, entre outras transnacionais, estariam interessadas na partilha do bolo. Por si só, essa quantia abre uma janela para o jogo de interesses geoestratégicos e empresariais que o presidente Fox contrapõe ao respeito pela Constituição.

Um gigante doente

O México, com um Produto Interno Bruto que rondará este ano os 950 bilhões de dólares, é a décima primeira do mundo. Pelos seus recursos naturais – petróleo, prata, gás natural, grande variedade e quantidade de minérios estratégicos, uma indústria pesada e ligeira avançadas e um setor agropecuário com grandes potencialidades, reúne condições favoráveis a um desenvolvimento acelerado e harmonioso, capaz de proporcionar bem estar e prosperidade aos seus 103 milhões de habitantes. Mas o gigante é um grande doente crônico. Presentemente, nenhum dos grandes países latino-americanos se encontra submetido a um processo de rapina tão complexo, sistemático e profundo como o México. As suas riquezas são drenadas para os EUA num saque gigantesco.

A Nafta – sobre cujo modelo Washington pretende construir a Alca – contribuiu nos últimos anos para o agravamento de uma dependência que assume facetas cada vez mais preocupantes. A máscara do falso milagre posterior à crise que levou o país à beira da bancarrota – evitada com a entrada maciça de mais de 40 bilhões de dólares – desfez-se em pedaços. A imagem que o México projeta não é mais a de um país ficcional, disfarçado de desenvolvido, mas a de uma sociedade cada dia mais dependente, onde a riqueza se concentra enquanto alastram a pobreza e a fome.



O presidente dos EUA, Bush, com o colega Vicente Fox, do México

A crise é aprofundada pela política de Fox, dócil instrumento das receitas do FMI e do Banco Mundial. Manipulando estatísticas, os epígonos do governo bem se esforçam por inverter a realidade.

O saldo positivo das exportações para os EUA no primeiro trimestre do ano foi utilizado como arma de propaganda: atingiu 8,449 bilhões de dólares, crescendo 30% comparativamente ao ano anterior. As trocas comerciais entre os dois países excederam em março 26,785 bilhões de dólares, com um saldo amplamente favorável ao México. Ultrapassou o Japão como parceiro comercial dos EUA. (1)

Esses números confundem se não forem interpretados à luz da função de dependência que a economia mexicana cumpre perante os EUA. Uma percentagem cada vez maior das exportações de bens e serviços do México – 164 bilhões de dólares em 2000 – é constituída por produtos manufaturados pelas filiais de transnacionais norte-americanas instaladas no país, principalmente próximo da fronteira.

Por si só as montadoras de automóveis são responsáveis pela parte do leão. Uma parcela ínfima dessa riqueza exportada fica no México, porque o grosso dos componentes dos veículos *made in Mexico* vem dos EUA. As transnacionais utilizam sobretudo a força de trabalho mexicana, remunerada com salários baixíssimos. As maquiladoras agem da mesma maneira na indústria ligeira, nomeadamente, na têxtil e na química.

A crise atinge setores muito diversificados e manifesta-se na queda de 2% do PIB no primeiro trimestre deste ano. No turismo, a área mais dinâmica da economia, a quebra foi de 5%, e de 4,4% no conjunto da indústria, superando 7,6% no mês de março. De março a maio os preços de alguns artigos

de primeira necessidade subiram.

As críticas ao governo assumiam uma intensidade crescente. O Congresso negou-se a ouvir o secretário (ministro) dos Assuntos Estrangeiros e exigiu a sua demissão após as manobras contra a Revolução Cubana e a tentativa para impedir a presença de Fidel Castro na Conferência de Monterrey. A tradicional independência da política externa mexicana foi substituída por uma linha de submissão aos EUA.

A tarefa a que Fox se propõe tende, entretanto, a esbarrar com oposição crescente. Dezenas de movimentos progressistas procuram articular as suas iniciativas de combate ao sistema. Entre eles destacam-se o Paz e Democracia, liderado pelo sociólogo Pablo Gonzalez Casanova, e o Congresso Nacional Indígena, que representa as aspirações de 10 milhões de índios. O significado da intervenção política desse Congresso como porta-voz das organizações indígenas é hoje mais importante do que o combate do Exército Zapatista de Libertação Nacional (-EZLN). Uma década após o seu aparecimento, o movimento de Chiapas perdeu no país muito do prestígio inicial. O mutismo do subcomandante Marcos nos últimos meses expressa de alguma maneira a frustração do EZLN, consciente de que o novo código indígena, aprovado pelo Congresso após a marcha dos comandantes chiapanecas sobre o México, é ainda pior do que o anterior. No setor sindical emergem também novas formas de luta.

O que falta é o mais importante, o mais difícil. Que as forças democráticas e progressistas, majoritárias, mas dispersas e divididas, encontrem no diálogo o caminho que possa levar à constituição de uma frente única contra o neoliberalismo foxista, isto é contra o imperialismo.

(1) As citações deste artigo foram extraídas dos diários mexicanos *La Jornada*, *El Universal* e *Excelsior*. O autor recorreu também, no tocante às estatísticas, ao anuário *L'Etat du Monde*, edição do ano 2002, Ed. *La Découverte*, Paris.

*jornalista, membro do Partido Comunista Português

Acesse www.vermelho.org.br

Portal Vermelho abre seção para debate sobre a Alca

O Portal Vermelho abriu uma seção especial para municiar os internautas na luta contra a Alca. Na seção estão artigos explicando o que é a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), notícias sobre as negociações e informações sobre o andamento das mobilizações em defesa do Brasil e contra o projeto hegemônico dos EUA.

É a forma do portal contribuir com o esforço de conscientização e mobilização da sociedade. Um espaço de informação, formação e debate das pessoas comprometidas com a defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Desde já, a seção está aberta às críticas, sugestões e, principalmente, às contribuições dos companheiros envolvidos nesta batalha de caráter estratégico. O desa-

fio imediato é o de construir milhares de comitês unitários nos sindicatos, escolas e bairros em todos os Estados. A ideia é massificar a denúncia contra esta ofensiva dos EUA, multiplicando o número de militantes capazes de esclarecer a população. O ponto alto desta campanha será o plebiscito aprovado no I Encontro Hemisférico de Luta Contra a ALCA, realizado em novembro de 2001, em Cuba, que teve a presença de representantes dos 35 países do continente. No Brasil, o plebiscito será feito nos primeiros dias de setembro – na simbólica "Semana da Pátria". Envie informações sobre a campanha e as mobilizações, aneje textos de estudo sobre o tema.



Reunião com comunistas na Tchecoslováquia, 1950



Em Vancouver, para o Congresso do Partido Comunista do Canadá (ML)

Amazonas continua na obra que deixou

ADALBERTO MONTEIRO*

As centenas de condolências enviadas de todas as partes do país e do mundo (leia pág. 7) simbolizam o respeito pela vida e a obra de João Amazonas. Embaixadores dos países socialistas e de outros Estados democráticos, representantes dos partidos comunistas e revolucionários de todos os continentes, líderes da oposição e do governo, parlamentares, prefeitos, governadores, dirigentes dos movimentos sociais, pessoas simples e humildes do povo brasileiro. Todos, com razões e motivações diferenciadas, renderam suas homenagens a esse grande brasileiro.

Uma vida longa e frutífera

Ante a repercussão do fato nos meios de comunicação, muitas pessoas, ao tomar conhecimento da marca revolucionária deixada por Amazonas nos acontecimentos relevantes da histórica republicana, maravilhadas e espantadas, indagavam: "mas como se ocultou do povo tão bela e rica existência?". Sempre foi assim – as classes dominantes tudo fazem para impedir que o povo conheça os feitos e as realizações de suas lideranças.

Uma vida longa e frutífera, completa e realizada. Eis a síntese dos noventa anos de João Amazonas. Um grande líder parte, e seus camaradas não se sentem órfãos. Estão sem ele, mas não temem o futuro. Eis uma das riquezas de Amazonas, uma de suas lições. Sua elevada presença nos degraus da história não sufocou o surgimento de novas lideranças nem obstruiu a força do coletivo. Ao contrário, sempre avesso à ce-

lebração de sua pessoa, quando aplaudido, transferia as homenagens ao coletivo. Da militância coesa, consciente, combatente é que provém a vitória.

PCdoB, o seu maior legado

Amazonas foi contemporâneo de outros destacados líderes do movimento revolucionário brasileiro que, também, deixaram marcas na história do país. Contudo, ele, Amazonas, é singular, porque é o protagonista da maior vitória dos revolucionários de seu país: a construção do Partido Comunista do Brasil. Esta é sua maior obra e o mais precioso legado.

Vários de seus contemporâneos foram bravos e destemidos e, sem dúvida, escreveram páginas bonitas do livro das lutas dos oprimidos. Mas o que distingue Amazonas dos demais é que ele adquiriu uma convicção irremovível: sem a existência de um partido comunista forte e influente o projeto libertador dos oprimidos – a conquista do socialismo – torna-se uma quimera.

Embora alvo de perseguições, embora caçado pela violência das classes dominantes, durante 67 anos de militância ininterrupta em solo pátrio ou no exílio, dedicou cada um de seus dias, irmanado com seus camaradas, ao trabalho de edificar essa fortaleza, esse Partido: o PCdoB – hoje, respeitado pelo movimento comunista internacional e pelas legendas do campo democrático e popular do Brasil.

Um homem de combate e de ciência

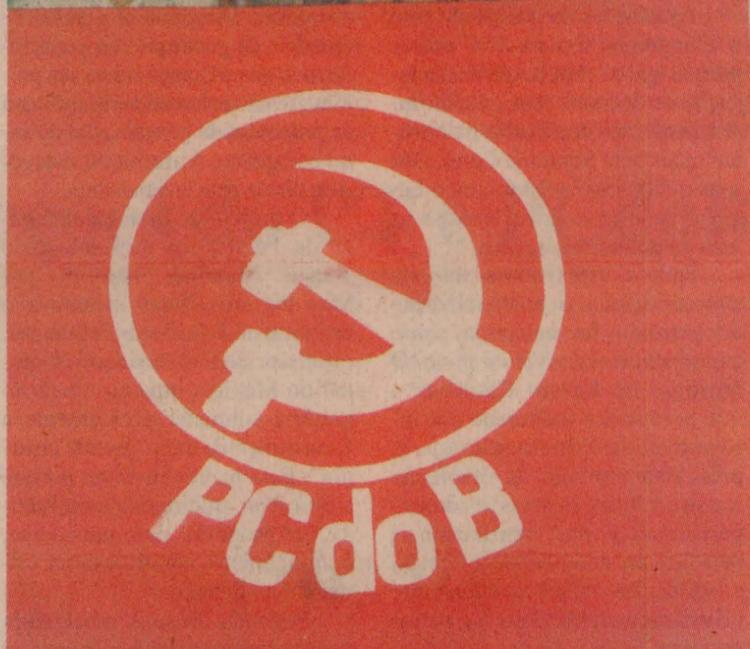
Na história do PCdoB há três fatos que, simbolicamente, poderiam ser denominados de vitais.

Os dois primeiros são facilmente identificáveis: a fundação em 1922, e a reorganização em 1962. Há um terceiro episódio de igual importância. Trata-se do 8º Congresso, realizado em 1992, no auge da chamada crise do socialismo – o grande terremoto, que reduziu a escombros, países, verdades, partidos e estátuas. Quadra de incertezas e perguntas que pareciam não ter respostas. A aparência alardeava que tudo que fosse revolucionário sucumbiria ao tufão anticomunista. Aqui, novamente, a acuidade crítica e teórica de Amazonas foi decisiva. Homem de combate e de ciência pôs-se, com seus camaradas, à tarefa de remover os escombros, de apontar os erros que fizeram o sonho ruir e desvendar por que "o cupim comeu o cerne das vigas"; liderando naquele congresso um labor teórico e ideológico que reafirmou o socialismo em bases novas.

Todavia era homem sem empáfia nem soberba. "Filho do povo nasceu humilde e, após décadas de vida pública, assim morreu". Uma das raízes de sua coerência é que se manteve fiel à sua classe e tudo fez para se qualificar e estar à altura de sua condição de militante da construção do mundo novo.

Uma vida tão prodigiosa não se dissipa com a morte. Sua existência propaga-se na obra que deixou. Ele nos legou um PCdoB em plena expansão e crescimento. Sob a inspiração de suas idéias e o exemplo de sua vida, temos a responsabilidade histórica de agigantar o Partido e travar quantos combates forem necessários ao triunfo do socialismo em nosso país.

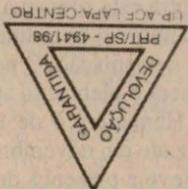
* jornalista e poeta, secretário nacional de formação e propaganda



Homenagem à Revolução Russa, em São Paulo



Entrega de abaixo-assinado contra FHC, em 1999



IMPRESSO



CDM
 Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
 CEP 01318-020 - São Paulo - SP
 Tel.: 0XX11 3104 4140
 Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA